



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Bruno Soares Batista

A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER
Nacionalismo, educação e cultura popular em Natal – RN
(1956 – 1964)

PORTO ALEGRE

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler
Nacionalismo, educação e cultura popular em Natal – RN
(1956-1964)

Bruno Soares Batista

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História
da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito final para a obtenção do
grau de licenciado em História

Orientação: Prof^a. Dr^a. Carla Simone Rodeghero

PORTO ALEGRE

2019

Bruno Soares Batista

A Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler
Nacionalismo, educação e cultura popular em Natal – RN
(1956-1964)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História
da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito final para a obtenção do
grau de licenciado em História

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Dóris Bittencourt Almeida (FACED/UFRGS)

Prof. Dr. Adolar Koch (IFCH/UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Carla Simone Rodeghero (IFCH/UFRGS)

Orientadora

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à minha família pelo suporte e pelo incentivo aos estudos, em especial aos meus avós (maternos e paternos), que são o alicerce do meu caráter e da minha personalidade. Também à minha madrinha, padrinho, mãe, tia e tios, pelo incentivo e carinho que jamais faltaram. Uma vida de tranquilidade, com a possibilidade de estudar em boas escolas e em uma boa universidade, mais do que mérito meu, foi o resultado do seu trabalho em me prover e criar, com uma rigidez de princípios que jamais se distanciou do amor.

Meu muito obrigado à Ufrgs, ao curso de História, onde aprendi muito nos últimos sete anos, nas aulas, nas conversas, no movimento estudantil, nas festas e nas viagens em estudo. Ter participado do Pibid-História confirmou minha vontade em tornar-me professor. Nutro carinho e admiração especial aos professores e professoras de Ensino de História da Faced. Também agradeço, sobretudo, ao professor Mathias Luce, pelo compromisso metodológico e crítico para com o pensamento marxista; à professora Silvia Petersen, pela humildade e força de vontade em compartilhar seu conhecimento com seus alunos; à professora Carla Rodeghero que, para além de ter aceitado orientar este trabalho, demonstrou grande empenho em produzir aulas que convidam seus alunos à participação e à discussão, com diversidade de ferramentas didáticas e, assim, exemplifica o que considero ser uma boa professora.

Agradeço aos jovens militantes que conheci nessa trajetória, das mais diversas cores ideológicas, mas que estiveram juntos nas lutas em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Obrigado aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros que, mesmo sem saberem, custearam a minha formação com seus impostos. Minha pretensão com este trabalho é, também, homenagear nosso povo e ajudar a contar uma parte da sua história.

Um agradecimento fraterno a algumas pessoas que foram fundamentais nessa trajetória: Samantha “Grande” Parisotto; Giordano “Gó” Ferreira; Iuri Vecchia; Guilherme “Japonês” Nunes; Rafael Corte. Com vocês compartilhei desafios, algumas frustrações, muito trabalho e muitas alegrias, e as pequenas vitórias cotidianas.

Obrigado ao meu pai, Afonso Henrique, que fez muito mais do que deveria, sempre esteve presente e foi exemplo de conduta frente à vida. Espero trazer-te orgulho. Sempre estarei contigo.

Resumo

Esta monografia tem por objetivo analisar os princípios ideológicos do prefeito Djalma Maranhão (1956-1964) e de seus aliados durante sua gestão em Natal, capital potiguar. Assim, questionar-se-á qual a sua ideia de nacionalismo, partindo do principal projeto arquitetado pela prefeitura à época, qual seja, a Campanha de erradicação do analfabetismo, denominada “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, em alusão às crianças e aos adultos que seriam atendidos, oriundos dos bairros periféricos de Natal. As concepções de educação e de cultura popular que inspiraram essa iniciativa também serão estudadas. Por fim, também temos a reação do então instaurado governo ditatorial militar à Campanha e seus idealizadores, que culminou com a extinção do projeto e com a perseguição daqueles que contribuíram para sua execução. Para tanto, foram consultados livros de algumas personagens envolvidas com a Campanha, assim como relatórios do serviço diplomático dos Estados Unidos no Brasil, que traçam a trajetória da Campanha e as percepções quanto à figura de Maranhão.

Palavras-chave: nacionalismo; educação; cultura popular; Djalma Maranhão; De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

Abstract

This monograph aims to analyze the ideological principles of Mayor Djalma Maranhão (1956-1964) and his allies during his management in Natal, capital of Rio Grande do Norte state. Thus, it will be questioned what is its idea of nationalism, starting from the main project designed by the city at the time, namely the Campaign for the eradication of illiteracy, called “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, alluding to the children and adults who would be cared for, coming from the outskirts of Natal. The conceptions of education and popular culture that inspired this initiative will also be studied. Finally, we also have the reaction of the then-established military dictatorial government to the Campaign and its creators, which culminated in the extinction of the project and the persecution of those who contributed to its execution. To this end, books of some characters involved with the Campaign were consulted, as well as reports from the United States Diplomatic Service in Brazil, which trace the Campaign's trajectory and the perceptions of the Maranhão figure.

Keywords: nationalism; education; popular culture; Djalma Maranhão; De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

Lista de siglas utilizadas

AMFORP	-	American & Foreign Power Company
CFP	-	Centro de Formação de Professores
CGT	-	Comando Geral dos Trabalhadores
DDC	-	Diretoria de Documentação e Cultura
FBI	-	Federal Bureau of Investigation
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
FPN	-	Frente parlamentar Nacionalista
IBAD	-	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	-	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	-	Inquérito Policial Militar
JK	-	Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira
MDB	-	Movimento Democrático Brasileiro
OEA	-	Organização dos Estados Americanos
PCB	-	Partido Comunista Brasileiro
PDC	-	Partido Democrata Cristão
PNA	-	Plano Nacional de Alfabetização
PSB	-	Partido Socialista Brasileiro
PSD	-	Partido Social Democrático
PSP	-	Partido Social Progressista
PTB	-	Partido Trabalhista Brasileiro
RI	-	Regimento de Infantaria
SECERN	-	Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte
SUDENE	-	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDN	-	União Democrática Nacional
UFRN	-	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNE	-	União Nacional dos Estudantes
UNICEF	-	Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância
USAID	-	United States Agency for International Development

Sumário

Introdução	página 9.
Capítulo I: Contexto histórico da administração Maranhão	página 15.
Capítulo II: Educação e Cultura Popular em Natal	página 40.
Capítulo III: Qual nacionalismo? A ideologia de Djalma Maranhão	página 52.
Conclusões	página 63.
Bibliografia e fontes consultadas	página 68.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo investigar um fragmento da história do Brasil, centrado no período imediatamente anterior ao golpe de 1964, que instaurou a ditadura militar no país, e os primeiros anos do estado de exceção imposto. O cenário é a cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, durante a administração do prefeito Djalma Maranhão. Durante sua gestão foi empreendida uma campanha de erradicação do analfabetismo nos bairros periféricos, com características populares, e que se converteu no projeto fundamental da prefeitura – algumas das demais políticas implantadas tiveram seu princípio ou sua culminância vinculados a esse projeto. A Campanha foi batizada de De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, evidente sugestão do público que seria atendido, as crianças e jovens despossuídos.

Com o estudo do contexto referido pretendo observar algumas questões para melhor compreensão das disputas políticas que resultaram na destituição do presidente João Goulart e o início do regime militar, quais sejam: que relações os embates políticos ambientados em Natal têm com as articulações a nível nacional, ou seja, as relações políticas regionais ajudam a explicar as nacionais? Quais conceitos de educação popular e de cultura embasaram os projetos da prefeitura de Natal à época? Qual era a ideia de nacionalismo de Djalma Maranhão? Quais eram as suas características ideológicas?

Para entendermos a atuação de Maranhão devemos ter presente um pouco da sua trajetória. Originalmente professor de educação física, Djalma, quando jovem, esteve vinculado aos comunistas, a exemplo de seu irmão mais novo e dirigente do PCB, Luiz Maranhão Filho. Após o levante comunista de 1935, Djalma se distanciou progressivamente dos seus antigos camaradas, mas manteve postura ideológica à esquerda. No seu discurso, foram constantes a defesa da soberania nacional e dos direitos das classes trabalhadoras, por meio da garantia do patrimônio nacional em poder público, da instrução pública livre de ingerências privadas e da valorização da cultura popular e diversa brasileira em contraponto à dependência de padrões exógenos. Por ser conhecido de uma parcela considerável da população natalense, elegeu-se deputado estadual em 1954, aproximou-se de políticos com expressividade regional, a exemplo do progressista Café Filho e do senador conservador Dinarte Mariz. Quando este último foi governador do estado, indicou Djalma Maranhão para a prefeitura da capital, em 1956, período no qual foi inaugurado o Sistema Municipal de Ensino com a abertura de *circa* trezentos

grupos escolares¹, com apoio das comunidades e entidades civis, e da Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Cultura.

Com breve atuação na primeira suplência a deputado na Câmara Federal, de 1959 a 1960, foi o primeiro prefeito eleito de Natal, nas eleições de 1960. Daí então começa a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler. A iniciativa atendeu por volta de 40 mil estudantes, crianças, mas também jovens e adultos, dos bairros mais vulneráveis de Natal. Pela sua pedagogia de discurso progressista, a Campanha foi extinta pelos militares na sequência da instauração da ditadura. As diretrizes da Campanha e a sua estrutura serão os principais objetos de análise para respondermos às questões levantadas antes.

Cinco livros servirão de fontes para este trabalho, e foram considerados como livros de memórias. Eles foram escritos por pessoas que estiveram diretamente envolvidas com a estruturação e a execução da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler. Os dois primeiros, de autoria do prefeito Djalma Maranhão quando este já não estava mais no país, não têm uma data clara de registro ou publicação – até onde pude mensurar. Fica-nos como referência da sua escrita, portanto, o intervalo de tempo que vai de 1964 até 1971 – desde a libertação de Djalma Maranhão, por *habeas corpus*, passando pela sua partida ao Uruguai, até sua morte no exílio. Todos os seus comentários são ambientados no período em que o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi presidente do Brasil. Os demais foram escritos, em ordem cronológica, pelo professor Moacyr de Góes, à época secretário municipal de educação; por Mailde Pinto Ferreira Galvão, então diretora da Diretoria de Documentação e Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Cultura; e pela professora Margarida de Jesus Cortez, dirigente do Centro de Formação de Professores da Campanha².

¹ Grupos Escolares: organização tipicamente urbana de reunião de escolas isoladas em um único estabelecimento de ensino, com divisão seriada, instituídos a partir de 1893 em São Paulo e, após a década de 1920, progressivamente nos demais estados brasileiros para atender as camadas populares – segundo Ana Cristina Pereira Lage, disponível em <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/grupo-escolar>, acessado em 07 de janeiro de 2020.

² MARANHÃO, Djalma. *Memórias de 1964*. Sem data.

MARANHÃO, Djalma. *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (A Escola Brasileira com dinheiro brasileiro, uma experiência válida para o mundo subdesenvolvido)*. Estudo realizado no exílio no Uruguai. Sem data.

GÓES, Moacyr de. *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (1961-1964), Uma Escola Democrática*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ, 1980.

GALVÃO, Mailde Pinto. *1964: Aconteceu em abril*. Edições Clima, Natal – RN, 1994.

CORTEZ, Margarida de Jesus. *Memórias da Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, Reflexões sobre a prática pedagógica de ontem e de hoje*. EDUFRRN, Natal – RN, 2005.

Moacyr de Góes descreveu, em sua obra, as características sociológicas e econômicas da gestão do prefeito Maranhão, com especial atenção ao desenvolvimento de De Pé no Chão e suas fases. A narrativa de Mailde Galvão traz os detalhes de como a repressão se abateu sobre os servidores da prefeitura, comprometidos com os objetivos da Campanha, e quais foram os argumentos para a sua extinção. O livro de Margarida de Jesus Cortez, por sua vez, é composto pelas avaliações dos objetivos, empecilhos e da elaboração pedagógica que as professoras e supervisoras da Campanha produziram, em consonância com os aspectos socioculturais que puderam investigar da população periférica de Natal que viriam a atender.

Os autores desses livros não apenas expuseram suas opiniões sobre o desenvolvimento da campanha de erradicação do analfabetismo, mas também buscaram compreender de forma crítica seu alcance, suas potencialidades, seus limites. São reflexões pessoais, mas que também trazem informações estatísticas e estudos que enriquecem suas narrativas. Os gestores da Campanha tinham, em geral, alguma formação acadêmica ou profissionalizante, o que não os impediu de pensar no problema do analfabetismo partindo das percepções que as classes populares de Natal lhes apresentaram. Tenhamos a noção, de antemão, que os narradores dos citados livros não tinham pretensões de imparcialidade: suas intenções são por vezes descritas de forma clara, e penso que suas escolhas não tenham prejudicado sobremaneira a objetividade de suas avaliações acerca da Campanha em si e do seu contexto.

Tentarei contrapor as narrativas dos livros mencionados com o conteúdo de relatórios da diplomacia estadunidense. Assim teremos, a meu ver, mais de uma vertente de ponderações político-ideológicas sobre a Campanha De Pé no Chão e a gestão Maranhão em Natal, uma vez que não tive acesso a registros dos pareceres de opositores do prefeito. Essas fontes são informes e relatórios avaliativos do Consulado dos Estados Unidos sediado em Recife. Num total de dez relatórios, datados entre 1964 e 1967, visualizamos interpretações acerca dos cenários econômico, social, e sobretudo político do Rio Grande do Norte no contexto imediatamente anterior ao golpe militar no Brasil e nos primeiros anos da ditadura instaurada. Há algumas recomendações dadas pelos oficiais do Consulado ao Departamento de Estado estadunidense sobre como considerar as personagens mencionadas em seus relatórios – segundo seus perfis e sua atuação na política regional e nacional.

O acesso aos documentos que embasam este trabalho foi disponibilizado pela equipe que mantém o acervo virtual Direitos Humanos.net³. Este sítio eletrônico foi elaborado pelo senhor Roberto Monte, economista e militante pelos direitos humanos desde a década de 1980, que já presidiu o Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte e participante de outras entidades afetas ao tema. Nesse acervo encontramos documentos, relatórios, textos de diversas personalidades envolvidas com educação popular ou a política partidária potiguar, fotos e vídeos. O objetivo da equipe do senhor Roberto Monte é preservar e divulgar a memória de militantes norte rio-grandenses que contribuíram para a garantia de direitos sociais às classes populares, como educação, moradia, saúde, a livre manifestação cultural, o respeito à integridade física e psicológica das pessoas. O encontro com essas fontes, apesar de ser uma sorte para mim, não foi por acaso. Uma primeira intenção de estudar movimentos de esquerda e educação na história do Brasil foi lapidada com os documentos descritos, chegando ao tema do nacionalismo de Djalma Maranhão e da sua Campanha de erradicação do analfabetismo.

Para orientar a interpretação dos documentos dos Estados Unidos, sirvo-me da tese de Carla Simone Rodeghero, que discute o anticomunismo no ambiente conspiratório que, por fim, destituiu o presidente João Goulart.⁴ Sobre as contribuições concernentes ao método de interrogação dessas fontes e a narrativa sobre a participação da diplomacia ianque no ambiente político da conspiração foram importantes para os apontamentos que seguirão.

Além da caracterização da administração do prefeito Maranhão por parte da diplomacia estadunidense, esses relatórios trazem observações sobre o governo do estado sob Aluísio Alves e a trama das famílias que lideravam a política regional. Esse conjunto de fontes, portanto, mostrou-se elucidativo para fins de comparação das estratégias dos líderes políticos no contexto estudado⁵. Enquanto os componentes da prefeitura defendem a Campanha de Pé no Chão e outros aspectos da administração Maranhão, os agentes diplomáticos norte-americanos evidenciam, nos seus relatórios, a desconfiança com que

³ <http://www.dhnet.org.br/>.

⁴ RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e Avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo entre 1945 e 1964*. Tese.

⁵ Aproveito para sugerir aos interessados pelo estudo da política potiguar e nacional das décadas de 1960 e 1970, o conjunto de fontes disponibilizado pela Universidade Estadual de Maringá-PR junto à Brown University-Rhode Island, EUA, que trata das relações entre Brasil e Estados Unidos no período citado. A série de relatórios do Departamento de Estado estadunidense está disponível no sítio https://repository.library.brown.edu/studio/collections/id_644/?selected_facets=mods_role_distribution_place_ssim%3AAmConGen+Recife. Não manejei esta documentação no presente trabalho, pois suas referências são por demais amplas, e não fazem referência à administração Maranhão em Natal.

Maranhão era considerado, assim como outras personagens, como João Goulart, Miguel Arraes e Leonel Brizola. Embora não tenha ampliado a seleção de fontes de modo a apreciar as opiniões dos opositores do prefeito de Natal, acredito que o contato com esses documentos do Departamento de Estado estadunidense possibilita ponderações sobre os antagonistas dos projetos da Prefeitura: primeiro, por revelar a desconfiança acima citada; segundo, por também interpretar as posturas de políticos conservadores, como os senadores Dinarte Mariz e Dix-Huit Rosado Maia.

Para embasar o estudo do contexto sociopolítico do Brasil à época da gestão Maranhão me servirei de René Armand Dreyfuss, sobretudo as considerações que o autor traça acerca das vertentes ideológicas do início da década de 1960⁶. Um exemplo prévio é a caracterização do presidente João Goulart como um nacional-reformista, terminologia que explorarei em comparação com a figura de Djalma Maranhão.

Para uma melhor compreensão da estrutura da Campanha de erradicação do analfabetismo, outros autores trazem contribuições importantes, como José Wellington Germano, José Evangilmárisson Lopes Leite, Berenice Pinto Marques, Elizete Guimarães Carvalho, Fernanda Mayara Sales de Aquino e Walter Pinheiro Barbosa Júnior⁷. Estes autores têm, em geral, ponderações concernentes à prática pedagógica da Campanha De Pé no Chão, seus objetivos e suas diretrizes. Apesar de serem textos que partem das avaliações acerca da didática aplicada pelas professoras da Campanha, estes escritos auxiliam no entendimento de como foi traçada a estratégia de governo do prefeito Maranhão, uma vez que a maneira com que a Campanha foi pensada pelos seus gestores traduz os seus intentos. Penso que tais narrativas, portanto, enriquecem a investigação

⁶ DREYFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Editora Vozes, 2006.

⁷ GERMANO, José Wellington. *Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão*. Editora Cortez, 1989.

LEITE, José Evangilmárisson Lopes. *Em nome da ordem: a Prefeitura Municipal de Natal como espaço de subversão*. Dissertação. UFRN, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de pós-graduação em História, Natal, 2008.

MARQUES, Berenice Pinto. *A educação popular para todos de uma cidade educadora (Natal, Rio Grande do Norte, 1957-1964)*. Dissertação. UFRN, Centro de Educação, Programa de pós-graduação em Educação, Natal, 2015.

CARVALHO, Elizete Guimarães. *O livro de leitura de pé no chão: 1963 (uma cartilha democrática)*. Anais do IV Seminário Nacional, HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 1997, Campinas-SP, pp. 684 – 688.

AQUINO, Fernanda Mayara Sales de. *A formação docente no cotidiano da campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. 37ª Reunião Nacional da ANPed, UFSC, Florianópolis – SC, 2015.

BARBOSA JUNIOR, Walter Pinheiro. *As políticas de educação popular em Natal-RN (1957-1964)*. Holos – IFRN, Natal-RN, ano 32, Vol.2, p. 208 – 230 mar./abr. 2016.

historiográfica, apesar de não serem da área da História (à exceção da obra de José Evangilmárisson).

O tema deste trabalho surgiu para mim como um presente. Os pais de meu pai são potiguarês. Minha avó paterna foi aluna de Djalma Maranhão, no Atheneu natalense. Uma de suas irmãs, a professora Maria Salviano, esteve envolvida com a Campanha De Pé no Chão, e foi uma das responsáveis por incluir os períodos de recreação das aulas como um dos componentes curriculares, em que as atividades culturais, como teatrinho do povo e as cantigas de roda, tinham também espaço.

A segunda motivação para cumprir este estudo foi o interesse pessoal pela educação. Assim como Maranhão, considero a educação do povo como uma das ferramentas fundamentais para a busca dos seus direitos, para sua emancipação. Uma consideração que leva à terceira razão de se investigar a experiência natalense na década de 1960. Vivemos, nas primeiras décadas do século XXI no Brasil, um período de desrespeito a princípios básicos como os Direitos Humanos, a banalização da violência - inclusive sendo proposta pelo atual governo como alternativa à criminalidade -; um ambiente de disputa política baseada mais no ódio do que em projetos amplamente divulgados. A educação pública, neste cenário, é alvo de desvalorização por meio da falta de recursos estatais para seu financiamento, abrindo a possibilidade de intervenção de iniciativas privadas para a sua condução. Desde o custeamento da instrução do povo até os alicerces do currículo comum aos estudantes brasileiros, a educação básica em nosso país é um dos campos de discussão mais concorridos, entre vertentes de pensamento liberais - que assumem o interesse privado sobre a educação das massas - e estatistas - que pretendem resguardar o aspecto público e gratuito da educação. Esses embates já ocorriam, talvez com cores diferentes mas com os mesmos objetivos, na época de Djalma Maranhão e seus aliados. Espero que este trabalho contribua para a compreensão da historicidade desse enfrentamento em nosso país, como veremos.

Esta monografia está estruturada em três capítulos, nos quais proponho a discussão sobre o contexto histórico em que Djalma Maranhão foi prefeito de Natal, com suas características políticas e sociais; acerca da compreensão que o prefeito e seus companheiros tinham sobre educação e cultura popular; e concernente aos alicerces ideológicos da sua concepção de nacionalismo. Espero contribuir, assim, para a compreensão do período de disputa entre as tendências democráticas e autoritárias no nosso país, e para melhor entender o projeto de educação que foi proposto pela Prefeitura.

Capítulo I

Contexto histórico da administração Maranhão

Natal, capital do Rio Grande do Norte, verificou um crescimento demográfico desmedido entre as décadas de 1940 e 1950 – algo em torno dos 88% da sua população, segundo dados do IBGE (GÓES, 1980, pp. 17) - explicado pela importância que a cidade representou na atuação do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. O desenvolvimento da infraestrutura da cidade não acompanhou o crescimento populacional, e greves foram impulsionadas por trabalhadores do porto, das estradas de ferro, dos bancos e da construção civil, aderindo a uma tendência latino-americana de carência de condições de vida e de direitos sociais para as classes subalternas no continente, como apontado por Moacyr de Góes. O emprego da maior parte da população economicamente ativa se concentrava na prestação de serviços, e Natal não tinha número expressivo de investimentos na indústria.

A estratégia adotada pela esquerda nacionalista, como identificamos o governo de Djalma Maranhão, para enfrentar tais problemas foi a mobilização popular nas comunidades por meio dos Comitês Nacionalistas, em vista de não haver uma classe operária organizada e atuante. Tais Comitês foram organismos comunitários de discussão e organização política vinculados às lideranças progressistas, e são um demonstrativo da efervescência ideológica da década de 1960 no país. Por um lado, os Comitês compuseram a base social de apoio ao governo João Goulart, mas por outro eram vistos pelos seus opositores como focos agitadores do comunismo ou da corrupção e manipulação de seus líderes (GÓES, 1980, pp. 18). Essa mobilização popular, que elegeu Maranhão como prefeito, Aluísio Alves como governador e João Goulart como vice-presidente foi a força que destituiu, pela via democrática, o situacionismo conservador personificado por Dinarte Mariz e seus aliados (GERMANO, pp. 64, 1989).

Moacyr de Góes também desenha o cenário político potiguar das décadas de 1920 ao governo JK. Uma das figuras de crescente influência seria a do advogado e jornalista João Café Filho, adepto das demandas tenentistas, de postura legalista, apoiador de movimentos grevistas no seu estado, opositor do fascismo e da ditadura do Estado Novo. Foi no contexto posterior à ditadura varguista que Djalma Maranhão retornou ao Rio Grande do Norte, em 1946, depois de breve estada no sul do país. Djalma, assim como seu irmão Luiz Ignácio, foi militante do PCB na sua juventude, tendo-se distanciado do partido após a repressão sobre os comunistas advindas do levante de 1935, e rompeu com

estes em 1945, quando da queda do Estado Novo. Maranhão não conciliou com o Partido Comunista o que considerava ser a estratégia necessária para a emancipação de fato do Brasil. Segundo o militante potiguar, o país precisaria ser agitado pela mobilização popular com bandeiras de defesa da soberania nacional, do não intervencionismo estrangeiro, da independência econômica e dos direitos das classes trabalhadoras. Em função disso, Maranhão se aproximou de Café Filho, que nas décadas de 1930, 1940 e 1950 representava no Rio Grande do Norte uma ala política diversa, sem organicidade mas que possibilitaria a atuação em prol dos interesses populares. Comprova-se o fato do “caféismo” ser um ambiente político sem centralismo pela adesão de seu líder ao partido criado por Adhemar de Barros, o Partido Social Progressista (PSP), onde, de acordo com Góes, não havia delimitação ideológica, mas liberdade regional de organização entre seus líderes.

Depois de uma breve atuação como deputado federal, Maranhão foi eleito prefeito de Natal na primeira eleição direta para o cargo na cidade, em outubro de 1960. Foi durante essa gestão que a Prefeitura aprofundou seu programa educacional e cultural. As alianças que possibilitaram a eleição de Maranhão como prefeito de Natal de 1960 reforçam tal conclusão. A candidatura do marechal Henrique Teixeira Lott e de João Goulart para presidente e vice-presidente, respectivamente, reverberou na eleição para governador do Rio Grande do Norte de Aluísio Alves e de Djalma Maranhão para a prefeitura de Natal. Essa grande coalisão progressista se desfez posteriormente com a abertura de Alves à Aliança para o Progresso, como financiadora das medidas do governo do estado - estratégia posteriormente denunciada por Maranhão na sua gestão (GÓES, 1980, pp. 67).

A partir dos Comitês Nacionalistas nos bairros de Natal, o discurso da campanha dessa coalisão aproximou-se das demandas populares para, posteriormente, ser posto em prática pela gestão eleita – como a necessidade de mais escolas para atender as crianças das regiões periféricas do município. Conforme Góes (1980, p, 28), após a eleição, as dificuldades financeiras da prefeitura seriam contornadas com a participação do povo no planejamento das ações. Segundo Wellington Germano, a vitória da coalisão se deu sobretudo pela organização desses Comitês, nas comunidades, ao aproximarem os programas de governo propostos à demandas apresentadas pelos populares (pp. 76, 1989).

A proposta De Pé no Chão se tornou uma alternativa de combate ao analfabetismo para boa parte do estado. A Campanha de erradicação do analfabetismo será descrita no próximo capítulo. Como veremos nos relatórios diplomáticos estadunidenses, as diversas

forças políticas atuantes no Rio Grande do Norte percebiam o crescimento de Djalma Maranhão para a disputa ao governo do estado – principalmente entre as camadas populares -, cujo pleito era previsto para 1965, mas que não foi realizado em função da tomada do poder pelos militares em 1964.

Seguindo o raciocínio do professor Moacyr de Góes, corroborado pelas outras personagens a seguir, durante o período que Café Filho foi vice-presidente e, ainda com a necessidade de assumir a presidência após a morte de Vargas, o PSP teria ficado sem liderança no Rio Grande do Norte. Nesse quadro, os cafeístas forjaram uma aliança com a UDN do então governador Dinarte Mariz, o que permitiu a Djalma Maranhão ser indicado e assumir a Prefeitura de Natal em 1956. Já no primeiro mandato de Djalma Maranhão (1956-1959), sua gestão teve iniciativas para estruturar o que viria a ser o Sistema Municipal de Ensino, com as escolinhas de alfabetização e a construção do Ginásio Municipal.

No primeiro livro do prefeito potiguar, é exposto o principal diagnóstico da crise econômica brasileira na década de 1960: a inflação. O governo de Castelo Branco estaria aprofundando as raízes da inflação, uma vez que reforçava o poder do latifúndio e do imperialismo na economia do país – exatamente nesses termos (MARANHÃO, s/d, pp. 187). A progressiva política de privatizações e a abertura à iniciativa privada estrangeira, sobretudo estadunidense, teriam gerado o desmonte da indústria nacional. O resultado dessa política seria a intensa dependência ao capital internacional para o abastecimento do mercado interno brasileiro em bens de consumo com valor agregado. Uma estratégia de subordinação da economia brasileira às orientações do Fundo Monetário Internacional teria como consequência última a elevação do custo de vida das classes trabalhadoras (MARANHÃO, s/d, pp. 187-188).

A política nacional brasileira era o cenário da polarização ideológica na década de 1960. No Rio Grande do Norte, o projeto de erradicação do analfabetismo de Djalma Maranhão contrastou com as posturas marcadamente conservadoras de antigas figuras como o senador Dinarte Mariz, ou ainda diferiu diametralmente da estratégia perpetrada pelo então governador Aluísio Alves – baseado na aproximação com a Aliança para o Progresso (MARANHÃO, s/d, pp. 190).

Maranhão avaliou a atuação das principais figuras da política partidária brasileira e das diferentes entidades civis que tinham expressão nacional antes e depois do golpe militar de 1964. São reflexões críticas, não apenas sobre os conspiradores civis e militares, mas que atingem também as lideranças das forças progressistas do contexto, na

visão do então prefeito de Natal. Evidente que não podemos separar essas críticas das concepções ideológicas do autor. Também nos seus escritos temos manifestada a orientação política de Maranhão.

O ex-prefeito traça um quadro do governo João Goulart. Para o autor, sua estratégia política fora bem-intencionada, porém com sérios equívocos que explicariam sua vulnerabilidade frente à conspiração que o retirou da presidência. Afirma-se que Jango seria um dos herdeiros em linha direta do nacionalismo de Getúlio Vargas (MARANHÃO, S/D, PP. 188).

Maranhão narra no seu texto das Memórias de 1964 que, em princípio, tinha uma visão negativa sobre o governo Goulart, pois considerava que este ainda seria dependente do FMI e dos vínculos com banqueiros estadunidenses, na tentativa de prorrogação de empréstimos (MARANHÃO, s/d, pp. 191). Relata que, depois, entretanto, reconheceu a proximidade do governo, no plano interno, aos sindicatos e entidades estudantis – setores críticos às tendências liberais de abertura da economia aos empreendimentos externos. Na análise de Maranhão, frente à oposição dos grandes produtores rurais e de parte do capital financeiro, Jango teria realizado um “giro à esquerda”, na intenção de afirmar sua base social de sustentação, as classes populares. Esse giro consistiu, entre outros aspectos, na adesão de socialistas moderados para compor os ministérios, que também gozavam de popularidade nos seus colégios eleitorais ou nos meios acadêmicos, como Almino Afonso, Paulo de Tarso, Valdir Pires e Darcy Ribeiro (MARANHÃO, s/d, pp. 192).

O ex-prefeito de Natal também apontou a diversidade de posições entre os governadores dos estados em relação ao presidente. Em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, Miguel Arraes e Leonel Brizola, respectivamente, capitaneavam as tendências de esquerda dos partidos no início da década de 1960, que estavam mais próximas das classes trabalhadoras e apoiavam Jango mas que também geravam atrito com os interesses dos opositores do governo. Ao passo que Magalhães Pinto, em Minas Gerais, Adhemar de Barros, em São Paulo, e Carlos Lacerda, na Guanabara, participavam ativamente da orquestração golpista junto aos militares (MARANHÃO, s/d, pp. 192).

Alguns mandatários estaduais estiveram vacilantes até o momento de definição do cenário político, no limiar da deposição de Goulart, para tomarem posição. É o caso do governador potiguar Aluísio Alves, que durante o período democrático da presidência de Jango foi beneficiado com a cumplicidade do governo federal no financiamento de seus projetos, mas que aderiu ao levante militar para manter sua posição – o que de fato ocorreu, como veremos nas fontes diplomáticas estadunidenses. O seu pragmatismo, no

mau sentido do termo, possibilitou que Alves conservasse a influência política no Rio Grande do Norte, entre os patriarcas tradicionais Dinarte Mariz e Rosado-Maia. Para além de angariar a confiança dos financiadores internacionais, ligados à Aliança para o Progresso, no momento posterior à instalação do autoritarismo. É o que aponta também Wellington Germano (1989, pp. 51), ao descrever a estratégia do governador Alves, cujo princípio de modernização do estado, no plano infra estrutural, baseava o intento de industrialização do Rio Grande do Norte dependente do capital estrangeiro.

Vislumbramos, segundo a narrativa, a tensão social que efervesceu em 1964, condimentada pela agitação crescente do Comando Geral dos Trabalhadores, o CGT, e seus sindicatos; da União Nacional dos Estudantes, a UNE, pelas universidades; da categoria dos sargentos, apoiados pelo presidente João Goulart na busca de sua representatividade política; pelo clima de conluio nas Forças Armadas e no seio do grande empresariado. Vários generais do alto escalão da caserna estariam envolvidos na trama que exauriu o governo (MARANHÃO, s/d, pp. 193).

Foi com especial atenção que Maranhão considerou as figuras de Brizola e Arraes no cenário político nacional, mesmo depois do golpe militar. Para o ex-prefeito, o caráter conciliador de Jango daria possibilidade do seu retorno ao país como liderança de uma ampla coalizão democrática, que surgiria como alternativa viável ao desmonte da economia brasileira e das condições de vida do povo sob Castelo Branco. Leonel Brizola, no entanto, representava a ala radical do trabalhismo, e se converteu, pela visão do autor, no símbolo da luta anti-imperialista no país. O radicalismo brizolista não abria margens para alianças com setores conservadores – como a iniciativa de Carlos Lacerda, JK e Goulart ao fundarem a Frente Ampla (MARANHÃO, s/d, pp. 199).

A Frente Ampla foi uma iniciativa articulada pelo então governador da Guanabara, o jornalista Carlos Lacerda, com o apoio dos ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek, com o intuito de congregar uma vasta e diversa oposição ao governo militar. Suas principais reivindicações eram a anistia geral aos perseguidos políticos; eleições diretas para o Executivo nos níveis federal, estadual e municipal; a escritura de uma Constituição democrática; a garantia do direito de greve; e o pluripartidarismo. Fundada por manifesto assinado pelos três líderes em 1966, a Frente Ampla angariou apoio de membros do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, e de entidades democráticas e de classe. Ao mesmo tempo que desagradou os correligionários mais radicais entre liberais, lacerdistas, socialistas e trabalhistas, a exemplo do ex-governador Leonel Brizola, que se distanciou de Jango ao julgar negativa sua

aproximação a um dos principais formuladores civis do golpe militar de 1964⁸. Por outro lado, a atuação de Brizola, mesmo no exílio, para a restauração da democracia no Brasil foi um dos estimulantes da resistência das vertentes progressistas, perseguidas durante a ditadura – desde os militantes que atuavam nos sindicatos e entidades estudantis até aqueles que se propuseram a lutar por via das armas.

Miguel Arraes, por sua vez, seria a chave para o futuro da Nação. Na avaliação de Maranhão, as políticas de instrução das camadas populares, de incentivo aos pequenos e médios agricultores, de promoção da cultura popular – a exemplo do Movimento de Cultura Popular do Recife – impulsionaram Arraes como grande personalidade política no Nordeste. Maranhão apostou no governador pernambucano como forte postulante à presidência da República, quando da restauração democrática (MARANHÃO, s/d, pp. 202 - 205). O perfil de Arraes como administrador próximo das demandas populares em muito se aproxima da prática da gestão Maranhão em Natal, e esses dois líderes progressistas começavam a ter forte influência em seus territórios, o que gerou a preocupação crescente de seus opositores (tanto entre os políticos brasileiros quanto nos observadores estadunidenses).

Podemos interpretar o otimismo de Djalma Maranhão sobre uma redemocratização do país a curto prazo de diferentes formas. Apesar de criticar a maneira conciliatória com que Goulart governou, tentando atender às necessidades das classes trabalhadoras mas sem romper laços com o capital financeiro e estrangeiro, o autor ainda reconhecia o seu potencial de congregar diferentes vertentes políticas democráticas em uma agenda mínima. Sabemos, porém, que apesar das tentativas de oposição ao autoritarismo, seja pela militância dentro dos limites legais, seja pela luta armada, a ditadura se manteve por mais de vinte anos. E João Goulart não pôde presenciar seu fim.

Do mesmo modo como Jango seria o pilar da redemocratização, com um projeto de retomada das Reformas de Base, para Maranhão o futuro brasileiro, como nação independente e desenvolvida, estaria garantido – e é esse o termo exato na sua visão – pela ação de homens como Arraes e Brizola, progressistas que teriam a coragem de confrontar os interesses exóticos às necessidades do povo. Também é conhecimento geral que a geração desses líderes perdeu muito de seu potencial e de sua energia, pelas pessoas perseguidas, exiladas e mortas durante o regime militar. A crise inflacionária, a influência

⁸ Conforme verbete do dicionário histórico-biográfico da Fundação Getúlio Vargas - <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/frente-ampla> (acessado em 02 de dezembro de 2019).

dos financiadores estrangeiros na economia brasileira, o desmonte da indústria nacional e a fragilização da condição de consumo e vida das classes trabalhadoras seriam sintomas da pouca vida que a ditadura teria. Frágil prognóstico, que não se concretizou.

Maranhão supunha, pelos seus escritos, que a rebelião dos militares traria sim prejuízos ao Brasil, mas seriam tamanhas as contradições de um governo ditatorial, ilegítimo, que determinadamente se esgotaria ao ponto de o povo se levantar e instituir novamente a democracia. Penso, todavia, que essa avaliação não se tratava de uma inocente esperança. Seria a responsabilidade de um chefe político defender e manifestar a confiança no projeto que materializaria seu viés ideológico. Seria o exemplo dado aos aliados e a qualquer pessoa que concordasse com os ideais pregados pelos progressistas brasileiros, para que se obstinassem no combate ao novo governo. Alguns intelectuais brasileiros, em seguida da instauração da ditadura, também teceram críticas ao novo regime na imprensa, nos primeiros esforços de compreensão do processo que levou o país para o autoritarismo, como sugere Rodeghero (pp. 99, 2006), e que, por isso, tiveram suas atividades censuradas, como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Ênio Silveira (para citarmos alguns dos mais conhecidos). A mesma autora sugere observar as perspectivas que os atores políticos tinham logo após o golpe, segundo as quais o regime não teria longa duração (Rodeghero, 2006)

A Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) merece apreciação neste estudo⁹. A Frente foi composta em 1956, sendo um de seus fundadores o próprio Djalma Maranhão (MARANHÃO, s/d, pp. 214). Esse agrupamento suprapartidário encampou as demandas que diferentes entidades civis propunham como fundamentos da soberania nacional. A defesa da exploração do petróleo brasileiro por empresas nacionais e a criação da Petrobras em 1953, foram sementes de outras campanhas de estruturação da economia e da sociedade do Brasil, e a Frente corporificou essas campanhas na sua disputa no Parlamento, como exposto pelo ex-prefeito:

“[...] os projetos de Lei, sérios, definidos [...]. Minérios atômicos, assunto explosivo que Gabriel Passos falava de cátedra, afugentando os anões do imperialismo, que nunca o enfrentaram em debate, sempre arremetendo à traição. Nacionalização das empresas estrangeiras, doutrina em que Barbosa Lima Sobrinho é insuperável e que irrita profundamente os corifeus do entreguismo. Remessa de Lucros, fonte de empobrecimento do país na mensagem de Sérgio Magalhães, é ferro em brasa, queimando as banhas do

⁹ Conforme verbete do dicionário histórico-biográfico da Fundação Getúlio Vargas - <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/frente-parlamentar-nacionalista-fpn> (acessado em 05 de novembro de 2019).

imperialismo. Reavaliação dos Ativos das Empresas Estrangeiras é o caminho que Temperani Pereira ensina, para se poder fazer a encampação dos trustes sem escândalo verificado com o ferro velho da AMFORP. José Jofily vendo com lucidez o problema da Reforma Agrária. [...] o petróleo na palavra de Seixas Dória, as denúncias no campo da economia e finanças de Hermógenes Príncipe [...]. A Frente Parlamentar Nacionalista transformou a tribuna do parlamento no mais amplo pulmão, por onde respirava a liberdade do povo. Desfraldou, acima das siglas partidárias, a vigorosa bandeira da emancipação econômica do Brasil. [...] Sofreu na própria carne, a fúria vandálica da ‘revolução’. Com raríssimas exceções, foram cassados os mandatos dos seus líderes, que eram e continuam sendo os mais categorizados dirigentes do povo brasileiro. [...] cassaram os mandatos e direitos políticos da esmagadora maioria dos parlamentares nacionalistas, acusados de subversão, de agitadores, sob a alegação ridícula de que o novo regime necessitava de paz” (MARANHÃO, s/d, pp. 214).

É importante compreendermos um aspecto determinante da tensão política do contexto estudado. Também no Congresso deputados e senadores foram aos poucos se alocando em blocos antagônicos, como nas posturas dos parlamentares descritas no excerto acima. Para além dos partidos políticos e das linhas ideológicas atuantes na sociedade brasileira, alguns temas “filtraram” tais grupos e, mesmo a contragosto, aproximaram personagens que não se podia imaginar. Componentes da ala mais democrática da UDN, a exemplo do ex-governador de Sergipe Seixas Dória, estavam ao lado de parlamentares petebistas na defesa da nacionalização do petróleo, enquanto alguns integrantes do PSD, arraigados no anticomunismo, tramavam a deposição de Goulart (MARANHÃO, s/d, pp. 201). O tensionamento político perpassou as classes sociais, as entidades civis e as instituições do Estado. Desde 1956 a FPN se tornou um espaço de aglutinação de um desses blocos de interesses, onde nacionalistas, socialdemocratas, trabalhistas, socialistas e comunistas puderam pôr em debate suas análises e propostas para o desenvolvimento nacional. No Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, o discurso do presidente João Goulart respondia aos anseios do bloco ideológico representado pela FPN, com a defesa das Reformas de Base e a promessa de reestruturação do país com soberania e o apoio popular. Simultaneamente às elites, os grupos empresariais internacionais e os militares conspiradores sentiram a ameaça que as Reformas representavam às suas posições privilegiadas, econômica e culturalmente. Ou seja, no cenário político, o campo macro ideológico nacionalista, aderente às Reformas de Base, estaria contraposto a um campo “entreguista”, no termo usado por Djalma Maranhão.

Em relatório que o Consulado dos Estados Unidos enviou ao Departamento de Estado em 24 de fevereiro de 1964, encontramos avaliações para o pleito previsto para

1965, no qual seriam eleitos o presidente da República, os governadores de estado e os prefeitos municipais. As ponderações presentes no documento são baseadas na pesquisa de intenção de voto feita pelo *Diário de Natal* (periódico pertencente ao grupo Diários Associados), no dia 13 de fevereiro de 1964, junto ao eleitorado potiguar. Segundo o relatório, duas mil e oitocentas pessoas foram entrevistadas pelo jornal. Mesmo que o relato traga aspectos que extrapolam o cenário político municipal da Natal da década de 1960, para efeitos de comparação das estratégias das lideranças e de contextualização, as informações levantadas são relevantes.

O relatório menciona, para a disputa à presidência da República, a preferência que 39% do eleitorado consultado prestou a Juscelino Kubitschek, ao passo que a oposição aos governos com inspiração varguista representada por Carlos Lacerda aparecia com 30,5% das intenções de voto. O governador de Pernambuco Miguel Arraes estaria colocado na terceira posição, com 12% das intenções. Não há menções ao presidente João Goulart em função da impossibilidade legal de reeleição. Desta primeira cena depreendemos algumas situações. Primeiro, JK ainda dispunha de popularidade e seguia como uma grande figura no campo da estratégia nacional-desenvolvimentista. Segundo, ainda que Arraes não tivesse pontuado de maneira a oferecer “perigo” aos adversários, a expressividade da sua posição aponta para o crescimento da influência que as lideranças regionais de esquerda gozavam imediatamente antes do golpe de 1964, a exemplo do também governador Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul. Neste relato, a diplomacia estadunidense atribui o pouco peso eleitoral de Arraes por este ainda não ter sido reconhecido a nível nacional, mas já antevendo a sua progressiva popularidade.

No âmbito da disputa pelo governo do Rio Grande do Norte, o relatório para o Departamento de Estado norte-americano sustenta a centralidade das figuras do senador Dinarte Mariz (líder incontestado da UDN potiguar) e do governador Aluísio Alves (dissidente da UDN e próximo de outros partidos) na trama política do estado, em especial para a aceitação de que outras figuras concorressem aos cargos eletivos – os “apadrinhamentos” políticos. Enquanto o primeiro sinaliza a preferência das intenções de voto, com 30% destas, o prefeito Djalma Maranhão aparece como segundo colocado ao governo estadual, pontuando 20% no público entrevistado.

Esta estatística reforça a tendência de crescimento político das lideranças regionais de esquerda, apesar de não romper a proeminência dos grandes chefes e das famílias tradicionais. Também corrobora o entendimento de que a expansão da Campanha De Pé no Chão promoveu a figura de Djalma Maranhão não apenas em Natal, mas

também em cidades do interior – apesar de, no relatório, o seu redator dizer que a porcentagem conferida a Maranhão ser exagerada. É pertinente notarmos a maneira como os agentes diplomáticos estadunidenses passam a referir Maranhão, como o “Natal’s leftist Mayor” (Prefeito esquerdista de Natal), enquadrando o prefeito em uma categoria para análise política que seguirá presente no conjunto da documentação a que tive acesso.

As expectativas para o pleito municipal de 1965 em Natal dependiam, como colocado no relatório, da postura que seria adotada por Aluísio Alves. Isso porque o então governador estaria nutrindo maiores pretensões políticas para si, cogitando-se até a sua candidatura como vice-presidente da República. Por esta razão, Alves não disputaria a prefeitura de Natal e ainda sustentaria candidaturas para o município e para o governo do estado – cujos sucessores ainda não estavam escolhidos.

O cenário eleitoral de 1965 no Rio Grande do Norte seria bem diferente em relação às conjecturas feitas nos primeiros meses de 1964. Por duas razões fundamentais: o impacto causado pelo golpe militar de março-abril de 1964, alijando da disputa boa parte das lideranças políticas do contexto; e ainda pela suposta indecisão de Aluísio Alves sobre quem apoiar para substituí-lo.

Mesmo que as expectativas levantadas não tenham se concretizado, podemos analisar com esse relatório, de fevereiro de 1964, quais eram as forças políticas atuantes no estado. Temos o agrupamento conservador, representado especialmente pelo senador Dinarte Mariz e demais próceres da UDN, cuja influência era demasiado forte no interior agreste; Aluísio Alves orientando partidos menos expressivos, como o PTB e o PDC, sob sua liderança na coligação chamada “Cruzada da Esperança”, em oposição ao primeiro grupo; e a emergente figura de Djalma Maranhão, com sólido apoio popular em Natal e progressivo reconhecimento nas cidades interioranas. Posto que o eleitorado potiguar configurasse pouco peso na política nacional, as intenções de voto e as estratégias que as lideranças regionais aplicaram para conquistá-las convergem, de certo modo, com a conjuntura geral, em que a oposição conservadora produziu obstáculos à agenda reformista de João Goulart, obstruindo a força dos grupos à esquerda para a materialização dessa agenda.

As consequências imediatas do golpe militar de 1964 no Rio Grande do Norte foram reportadas ao Departamento de Estado estadunidense dias depois da sua deflagração, em 8 de abril¹⁰. Neste informativo, expõe-se os ânimos da população na

¹⁰ Relatório datado em 08 de abril de 1964. American Consulate General, Recife, para o Departamento de Estado estadunidense.

capital potiguar e as expectativas de recepção ao governo que se formaria. Supostamente em ambiente tranquilo, a deposição de João Goulart não teria despertado comoções ou protestos espontâneos do povo. Em contrapartida, o comportamento de Djalma Maranhão nesses dias cruciais foi documentado em seus pormenores, bem como a sua destituição e prisão pelo 4º Exército. A sua tentativa de resistência e de defesa do presidente Goulart teria sido uma das ações mais consistentes em oposição à conspiração no estado, como colocado:

“A cidade permaneceu quieta até as primeiras horas de 1º de abril, quando o Prefeito esquerdista-nacionalista Djalma Maranhão transformou a Prefeitura no Quartel Geral da Luta pela Legalidade das forças nacional-esquerdistas e disparou um telegrama no qual ele jurou seu suporte ao Presidente Goulart. Os Sindicatos Rurais também informaram seu suporte ao Presidente, mas os trabalhadores ferroviários foram o único grupo a atender ao chamado da [representação] local do CGT para uma paralisação geral. [...] Várias sedes de sindicatos foram ocupadas pelas autoridades e vários agitadores conhecidos foram presos, mas não houve informação de violência anormal”¹¹.

Além da produção historiográfica recente que interpreta como se orquestrou o afastamento de Goulart pelos militares, este documento testemunha como a perseguição se abateu sobre várias lideranças populares e entidades civis que tivessem posturas “à esquerda” - por mais diversas que fossem: socialistas, trabalhistas, nacionalistas, etc. No fragmento aludido podemos observar a conduta do prefeito Maranhão de compromisso com a manutenção do mandato do Presidente e da institucionalidade democrática. Imagino que o prefeito pretendesse contribuir para um movimento que repetisse a bem-sucedida Campanha pela Legalidade de 1961, que extrapolasse os limites municipais. Note-se novamente a expressão que é usada para se referir a Maranhão: o prefeito esquerdista-nacionalista (“leftist-nationalist Mayor”).

Enquanto o 4º Exército, a base aeronaval de Parnamirim e as forças da Marinha estacionadas em Natal confirmavam sua adesão ao golpe militar, ainda segundo o relatório do Consultado dos Estados Unidos, o governador Aluísio Alves teria demorado a definir seu posicionamento. Em publicação na imprensa, o então governador afirmou

¹¹ Op. cit. (page 1-2): “The city remained quiet until the early hours of April 1, when leftist-nationalist Mayor Djalma MARANHAO turned the Prefeitura (City Hall) into the Quartel Geral da Luta Pela Legalidade (headquarters) of the national-leftist forces and fired off a telegram in which he vowed his support to President GOULART. The Sindicatos Rurais also cabled their support to the President, but the railroad workers were the only labor group to heed the local CGT's call to a general strike. [...] Various labor union head quarters were occupied by the authorities and several known agitators were arrested, but there no unusual violence reported.”.

seu apoio aos militares, porém asseverou o suporte dado pelo governo federal sob João Goulart à sua gestão no estado do Rio Grande do Norte.

A ditadura que surgiu em abril de 1964 perseguiu os intelectuais, universitários e editores progressistas (MARANHÃO, s/d, pp. 216). De acordo com a análise contida no livro de Maranhão, escritores e estudiosos como Darcy Ribeiro e Celso Furtado, mas não apenas aqueles que compuseram o governo Goulart, exilaram-se ou tiveram seus direitos políticos cassados. Ao passo que, como questionou o ex-prefeito, as denúncias de corrupção averiguadas nos Inquéritos Policiais Militares atingiram quase que exclusivamente os políticos ou personalidades que oferecessem alguma discordância ou resistência ao novo regime. Conhecidos corruptores do poder público, como o governador Adhemar de Barros, passaram ilesos pelos processos investigativos, uma vez que apoiaram o golpe militar e a implantação da ditadura. Os “esteios morais” do novo governo não estariam ameaçados pela contribuição dessas últimas figuras.

Uma breve consideração deve ser feita sobre a cultura política dos militares brasileiros. Segundo o ex-prefeito de Natal, a oficialidade forjada desde o tenentismo foi protagonista de grandes momentos da história do país, como a Coluna Prestes, e teria aderido em peso à Revolução de 1930, demonstrando o grau de envolvimento político dos militares. A sustentação das diferentes fases dos governos de Getúlio Vargas – do governo provisório, passando pela ditadura estado-novista e depois o período democrático – foi sobremaneira dependente da postura da oficialidade. Tanto que a modernização industrial, institucional do Estado brasileiro teve, em geral, apoio da caserna, com uma postura nitidamente nacionalista.

A contradição teria surgido com o crescimento da participação popular como base dos governos nacional-desenvolvimentistas e na sua demanda por direitos – como ajustes salariais, maior regulamentação da relação empregador-trabalhador, etc. O alto escalão das forças armadas teria adotado progressivamente uma postura pró-Estados Unidos, liberal e autoritária, temendo a influência dos sindicatos e partidos de esquerda na reforma do Estado, culminando com o golpe de 1964. A oficialidade estaria amparada pelos anseios conservadores da burguesia nacional, aliada ao capital estrangeiro, na quebra do pacto conciliatório que vinha se modificando, porém, sobrevivendo desde Vargas.

Os sargentos e marinheiros, que entre as décadas de 1950 e 1960 puderam se organizar nas suas entidades e clubes, requeriam cada vez mais a possibilidade de eleição para os diferentes cargos políticos. A oficialidade conservadora via nessa iniciativa, principalmente, o constrangimento da hierarquia militar. Com o pretexto de

insubordinação dos sargentos na questão da sua ilegitimidade (negada pelo Supremo Tribunal Federal depois de passada a eleição de 1962), a oficialidade paulatinamente cercou os praças nas Forças Armadas, e vários sargentos, cabos, soldados, foram perseguidos e expurgados depois do golpe militar (MARANHÃO, s/d, pp. 232-233). A falta de uma liderança coesa teria sido o motivo pelo qual os sargentos não se sublevaram em favor do presidente deposto João Goulart, o que abriria a possibilidade de guerra civil no país. Porém não apenas as baixas patentes foram alvo de filtragem ideológica. Os oficiais de alta patente que mantiveram postura legalista foram afastados arbitrariamente, sem a possibilidade de defesa (MARANHÃO, s/d, pp. 235).

Que não se esqueça: no dia 2 de abril de 1964 o prefeito Djalma Maranhão e seu vice Luiz Gonzaga dos Santos foram presos pelos militares, como também apontado no relatório da diplomacia estadunidense, de 08 de abril de 1964. No mesmo dia sofreram processo de impedimento dos seus mandatos pela Câmara de Vereadores. No dia 6 do mesmo mês, o almirante reformado Tércio Rebello, personagem com relações diretas com os estadunidenses – ex-presidente do Centro Cultural Brasil-Estados Unidos -, assumiu a prefeitura do Natal, engajando-se na tarefa de “limpeza” dos elementos comunistas na cidade. Conquanto não esteja colocado neste relatório, parte da documentação consultada por Rodeghero confirma que a diplomacia estadunidense percebera movimentos conspiratórios contra João Goulart, indicando inclusive algumas das personagens que estariam envolvidas (RODEGHERO, 2002, pg. 48).

Passado o impacto dos primeiros dias após o golpe militar, o relatório do Consulado dos Estados Unidos datado de 25 de junho de 1964 apresenta um grande potencial para a investigação da história do Rio Grande do Norte na segunda metade do século 20¹². Embora o texto aborde aspectos gerais do cenário socioeconômico potiguar, há inferências da diplomacia estadunidense que contribuem para a análise do nacionalismo incorporado por Djalma Maranhão e seus partícipes.

Algumas informações dispostas no relatório:

- Catálogo da composição do Gabinete do Governo do Rio Grande do Norte – com Aluísio Alves à frente;
- Lista das maiores cidades do estado com seus respectivos quantitativos populacionais e prefeitos;
- Lista dos comandantes militares no estado;

¹² Relatório datado em 25 de junho de 1964. American Consulate General, Recife, para o Departamento de Estado estadunidense.

- Catálogo da composição da Prefeitura de Natal e suas Secretarias sob Tércio Rebello;

- Listagem da composição da Câmara de Vereadores do Natal, com distribuição entre os partidos;

- Composição da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, com as composições por partido e seus respectivos posicionamentos em relação ao governo do estado (se se opunham ou apoiavam o mesmo);

- Lista dos periódicos impressos publicados no estado, discriminando-se seus proprietários.

Ainda que a extensa quantidade de informação constante deste informe ofereça mais possibilidades de investigação do que o objetivo deste trabalho compreende, algumas referências contidas no texto contribuem para a interpretação da trama política da qual Maranhão e o projeto que representava foram defenestrados. Podemos elencar, em primeiro lugar, a informação de que os três grandes chefes políticos do estado – quais sejam Dinarte Mariz, Dix-Huit Rosado e Aluísio Alves – eram proprietários de jornais, e que a Igreja Católica também publicava um periódico de larga tiragem à época. A isso se soma a presença dos Diários Associados, grande conglomerado midiático nacional, o qual publicava o *Diário de Natal*, cujo conteúdo convergia para a oposição ao presidente Goulart. Em geral, esses periódicos atacavam as iniciativas das administrações progressistas nos níveis federal e municipal. Os dados do relatório estadunidense também sugerem a polarização, na política estadual, entre os aliados do governador Alves e o campo conservador sob a liderança do senador Mariz. Esta confrontação pode ter sido potencializada pela exclusão de Maranhão da corrida eleitoral vindoura, uma vez que sua base eleitoral, fundamentalmente as camadas populares da capital, passou a ser disputada pelos demais campos.

A coligação chefiada por Alves – “Cruzada da Esperança” – congregava dissidentes da UDN, trabalhistas e católicos moderados. A coligação havia sido eleita, em 1960, utilizando-se do discurso anticorrupção contra as gestões anteriores, encabeçadas pela UDN. Durante seu governo, Aluísio Alves empreendeu uma série de obras e reformas, como a construção de estradas, de casas populares, a criação de estatais (para os telégrafos, para perfuração de poços e abastecimento de água e para energia elétrica), e ainda uma ampliação do sistema estadual de ensino. Essas iniciativas foram, quase completamente, financiadas por convênios da SUDENE (Superintendência para o

Desenvolvimento do Nordeste) com a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), por meio da Aliança para o Progresso.

Sobressai novamente uma das características do governo Alves que o diferencia da administração Maranhão, na cidade de Natal: a estratégia de Aluísio Alves contou sobremaneira com financiamento externo, sem maiores preocupações com sua vinculação com interesses privados; ao passo que os projetos orquestrados por Maranhão tinham como premissa para sua execução serem financiados de modo independente de propensões particulares, como será discutido adiante.

Outros dois relatórios do Consulado dos Estados Unidos dão seguimento ao estudo do quadro político brasileiro pós-golpe de 1964. Em um deles, datado de 17 de novembro de 1965, o consulado norte-americano observou as eleições de outubro de 1965 no Rio Grande do Norte, com atenção às personagens que mantinham laços com organismos estadunidenses (a exemplo da USAID)¹³. Os resultados do escrutínio, tanto no nível estadual quanto nos limites da capital potiguar, dependeram, como os agentes diplomáticos já haviam percebido, do posicionamento adotado por Aluísio Alves. Este preservou a composição da sua “Cruzada da Esperança”, centralizando os católicos do PDC e do PSD e os remanescentes trabalhistas moderados do PTB. O campo conservador da UDN, apesar de assegurar sua proeminência nas cidades do interior, não conseguiu ultrapassar a aliança de Alves. Segundo os relatórios, o monsenhor Walfredo Gurgel, antes senador e então eleito sucessor de Alves para o governo do estado, fora escolhido por seu perfil moderado, sacerdote respeitado por partidários e opositores, sem pretensões que o impedissem de ter sua gestão tutelada por seu predecessor.

Também em Natal o candidato da “Cruzada da Esperança” foi eleito. O novo prefeito Agnelo Alves – irmão mais novo de Aluísio – estreitou amizade com a Aliança para o Progresso, bem como Gurgel o faria no âmbito estadual. O relatório informa, também, que houve amplo envolvimento da população nas campanhas. É apresentado um breve paralelo entre as figuras de Djalma Maranhão e do almirante Tércio Rebello. O primeiro teria sido amparado pelo governo federal durante a presidência de João Goulart, enquanto a administração do almirante Rebello, eleito indiretamente para a prefeitura de Natal após o 31 de março de 1964, teria sido marcada pelo esforço de reforma da prefeitura e financiada pela USAID, como segue:

¹³ Relatório datado em 17 de novembro de 1965. American Consulate General, Recife, para o Departamento de Estado estadunidense.

“A campanha para o prefeito de Natal foi distintamente subsidiária à campanha para o governador, já que ambos os candidatos foram identificados com os candidatos a governador. O último prefeito eleito de Natal, o esquerdista Djalma Maranhão, foi deposto e privado de seus direitos civis após a Revolução de 31 de março de 1964. Ele agora vive exilado no Uruguai. Ele foi substituído após a Revolução pelo Almirante Tertius Rebello, um oficial naval de carreira que havia renunciado pouco antes da Revolução para trabalhar para o governo do estado. Rebello trabalhou duro para oferecer uma administração honesta; sua grande conquista foi uma reorganização completa e a racionalização da prefeitura de Natal através de um projeto financiado pela USAID. Mas ele foi severamente prejudicado pela escassez de fundos e reclamou amargamente que Natal tinha sido esquecida desde a Revolução (a gestão de Maranhão recebeu pesado apoio do regime Goulart).”¹⁴.

O sucesso da gestão Maranhão se deu, pela ótica do Departamento de Estado, pelo apoio financeiro do governo federal, mesmo com a escassez de fundos da prefeitura, afirmada nos livros de memórias analisados. Os agentes estadunidenses inverteram, arbitrariamente na sua descrição, a ordem da “sorte” gozada ora por Maranhão, ora por Tércio Rebello. A escassez de recursos já era flagrante durante a gestão do militante nacionalista, como apontado pela documentação encontrada, e o almirante foi empossado prefeito sem ter de enfrentar maiores problemas de natureza financeira, em razão da política orçamentária do seu antecessor. Como anexos do livro de Maranhão, encontramos informações valiosas para o estudo do seu contexto. Em primeiro lugar, há a descrição do seu secretariado, os aliados que compuseram a sua gestão na Prefeitura de Natal (MARANHÃO, s/d, pp. 255). Segue-se a explanação sobre os princípios que regeram a administração municipal e o engajamento das personagens citadas. A prestação de contas ao povo natalense foi, segundo a narrativa, umas das suas obsessões. A informação da situação financeira da cidade aos seus moradores seria um dos instrumentos para instigar a criticidade e a participação do povo. Destaque-se, pelo levantamento apresentado, que a Prefeitura, inicialmente em déficit, atingiu durante a gestão Maranhão um leve superávit (MARANHÃO, s/d, pp. 261). Em se tratando de uma

¹⁴ Op. cit. (page 5): “The campaign for Mayor of Natal was distinctly subsidiary to the campaign for Governor, as both candidates were identified with the gubernatorial candidates. The last elected Mayor of Natal, leftist Djalma Maranhao, was ousted and deprived of his civil rights after the Revolution of March 31, 1964. He is now living in exile in Uruguay. He was replaced after the Revolution by Admiral Tertius Rebello, a career naval officer who had resigned shortly before the Revolution to work for the state government. Rebello worked hard to provide an honest administration; his major achievement was a thorough reorganization and rationalization of the Natal city government through a project financed by USAID. But he was severely hampered by shortage of funds and complained bitterly that Natal had been forgotten since the Revolution (the Maranhao administration had received heavy aid from the Goulart regime).”.

cidade pobre, sem grandes fontes de receita e com grandes projetos a serem cumpridos, como a instituição do Sistema Municipal de Ensino, podemos avaliar positivamente a situação. Por fim, dois manifestos escritos pelo ex-prefeito no seu caminho ao exílio foram reunidos nos anexos dos livros. Em ambos, Djalma se dirige aos seus compatriotas, ao povo brasileiro, fazendo a justificativa da sua administração, com o apoio de todos os sindicatos de Natal quando eleito, e alertando para os tempos de obscurantismo que se seguiriam.

A maneira estigmatizada dos agentes diplomáticos de se referirem a Maranhão reforça o entendimento de que as suas avaliações políticas eram orientadas mais pelas conveniências ideológicas do que pela realidade do contexto. Mesmo as fontes estadunidenses não contradizem os argumentos das personagens alinhadas ao ex-prefeito progressista.

O relatório de novembro de 1965 informa que os políticos nacionalistas e socialistas não foram representados nas eleições daquele ano. O redator do texto pontuou, ainda, as posições anticomunistas de Walfredo Gurgel, governador eleito, e do seu vice Clóvis Motta (caracterizado como um trabalhista moderado e pró-Estados Unidos) e de outras figuras influentes na política potiguar. O novo governador foi bem-avaliado pela diplomacia estadunidense, pois não tinha propostas originais, mas sim se comprometia a seguir a agenda de reformas de Aluísio Alves – e, por tanto, sua estratégia de buscar financiamento junto aos norte-americanos.

Por tomarmos o exemplo do cenário norte rio-grandense, entende-se que, enquanto as lideranças políticas brasileiras mantinham boas relações com organizações norte-americanas – chegando ao ponto de submeterem as suas estratégias à dependência de recursos provenientes destas organizações –, a diplomacia registrava pareceres positivos sobre estas lideranças. Mesmo que algumas dessas lideranças fossem apresentadas como figuras demagógicas ou pragmáticas. Assim, o Departamento de Estado elaboraria seu planejamento político, baseando-se nestes pareceres para destinar maiores recursos a regiões que julgasse de maior relevância. Simultaneamente, os políticos ou notáveis que defendessem o desenvolvimento da economia brasileira de maneira independente, que demonstrassem aversão à subordinação das políticas públicas a interesses externos foram tachados, nestes mesmos documentos, como esquerdistas e subversivos – uma forma de igualar tais condutas com os perigos atribuídos ao comunismo.

Para finalizar a caracterização do quadro político anterior ao golpe, que estamos desenvolvendo com base nos livros de Moacyr de Góes e Djalma Maranhão, bem como nos documentos do Consulado dos Estados Unidos em Natal, agregamos algumas informações sobre dois atores políticos: os católicos e os universitários.

De acordo com o livro de memórias de Djalma Maranhão, as entidades católicas ligadas aos movimentos de trabalhadores e de estudantes – a Ação Católica, a Juventude Operária Católica, a Juventude Universitária Católica – também foram alvo de discriminação pelos agentes da ditadura. Bispos progressistas como Dom Hélder Câmara e Dom Eugênio Sales foram vigiados, o segundo inclusive foi preso por ser presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte. Muitos se exilaram (MARANHÃO, s/d, pp. 241).

Outro grupo, já comentado anteriormente, de atividade confluyente à postura nacionalista foi a dos universitários. A UFRN foi fundada em 1958 com a união e posterior federalização de cursos superiores já existentes na cidade do Natal. Os estudantes mobilizados contribuíram com a Campanha de erradicação do analfabetismo na cidade, e apoiaram o prefeito Djalma Maranhão na sua administração de caráter popular. Dentre estes, e compondo outros grupos da sociedade, católicos e comunistas se uniram ao mesmo tempo que disputaram a direção de movimentos trabalhistas, sindicalistas, culturais, a exemplo da Campanha De Pé no Chão.

Avançando na caracterização do regime recém instaurado, lembramos que este empreendeu sucessivas ondas de cassação política e outras formas de perseguição contra pessoas ou grupos que julgasse subversivos. O relatório norte-americano de 15 de agosto de 1966 que agora observamos corrobora essa informação para o ambiente regional.¹⁵ Inclusive como prática corrente. Por este relato, sabemos que o general Antônio Muricy, comandante da 7ª Região Militar em 1966, tinha conhecimento de coerções praticadas por agentes da repressão sobre políticos influentes que sugerissem oposições ou obstáculos ao governo ditatorial.¹⁶ Para tanto eram usados processos de denúncia de corrupção ou subversão, que poderiam resultar em cassações de direitos políticos e prisões. Desta maneira, de acordo com o relatório em análise, os agentes da repressão (civis ou militares) coagiam certas personagens com ameaças acerca destes processos:

¹⁵ Relatório datado em 15 de agosto de 1966. American Consulate General, Recife, para o Departamento de Estado estadunidense.

¹⁶ A 7ª região abrangia os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

“No que diz respeito à cassação em geral, Muricy apresentou um relato aterrador da investigação do governo a políticos suspeitos de corrupção ou subversão e descreveu em detalhes como essa informação é usada para coerção política. O objetivo dessa revelação surpreendentemente franca era demonstrar a determinação da revolução em impedir que políticos corruptos ou subversivos voltassem a ocupar cargos públicos. Na maioria dos casos, Muricy disse que o governo simplesmente prepara dossiês completos para cada homem e aguarda uma oportunidade para usar a informação. Geralmente, não usa nada mais do que pressão e persuasão para impedir uma candidatura ou influenciar alguma ação política. Em casos de natureza grave, porém, mandatos e direitos políticos são cancelados.”¹⁷.

A declaração faz transparecer a arbitrariedade como regra na perseguição a opositores. Quando esse documento foi escrito, na metade de 1966, Djalma Maranhão já estava exilado no Uruguai. Dois anos antes, quando do golpe, seus aliados, como Moacyr de Góes, Mailde Pinto Ferreira, Lia Campos e outros, foram presos, interrogados ou afastados de seus cargos, tendo seus direitos civis e políticos subtraídos. Mas o excerto trazido revela, indiretamente, que não apenas comunistas ou personalidades vinculadas a movimentos de esquerda foram alvos da repressão, mas sim qualquer pessoa que pudesse representar uma confrontação ao poder estabelecido – material, ideológica ou simbolicamente.

Mailde era funcionária da Companhia de Correios e Telégrafos e, durante a gestão de Djalma Maranhão como prefeito de Natal, foi a titular da Diretoria de Documentação e Cultura – DDC, um dos braços da Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Cultura. A autora foi uma das responsáveis por pensar, organizar e executar o plano cultural da prefeitura, especialmente na instalação das Praças de Cultura, do Museu de Cultura Popular da cidade e das Bibliotecas Populares, bem como a agenda de eventos folclóricos que se tornaram frequentes no período.

O livro de Mailde Galvão, *1964: Aconteceu em abril* (1994), enriquece a compreensão do contexto do golpe militar, por aproximar o leitor às experiências das pessoas que participaram da gestão Maranhão e sofreram o impacto do regime de exceção instaurado. Também observamos em que argumentos os órgãos repressivos basearam

¹⁷ Op. Cit. (page 2): “Concerning cassation in general, Muricy gave a rather chilling account of government investigation of politicians suspected of corruption or subversion and described in detail how this information is used for political coercion. The point of this surprisingly frank disclosure was to demonstrate the revolution's determination at preventing corrupt or subversive politicians from ever again holding public office. In most cases, Muricy said, the government simply prepares complete dossiers on each man and awaits an opportunity to use the information. Generally, it uses nothing more than pressure and persuasion aimed at preventing a candidacy or influencing some political action. In cases of a serious nature however, mandates and political rights are cancelled.”.

seus discursos para perseguir os agentes públicos com postura progressista e extinguir a Campanha de erradicação do analfabetismo. Mailde enfrentava os problemas de ser uma mãe solteira, divorciada e trabalhadora em uma época que se esperava das mulheres a reclusão ao ambiente da vida privada. A autora coloca que, em Natal, pela primeira vez as prisões militares tiveram mulheres detidas, e, coincidentemente, nenhuma tinha a “proteção” de um marido (GALVÃO, 1994, pp. 15). Como colocado por Moacyr de Góes no prefácio da obra de Mailde:

“O caminho das mulheres ao espaço público é quase sempre acompanhado de sofrimento, discriminação e violência. Sair do espaço privado, do seio da família protetora, ocupar uma função no Estado em expansão, desempenhando ‘função de homem’, pode torná-las o alvo dos vigias permanentes da moralidade social.” (GALVÃO, 1994, pp. 9).

A narrativa de Mailde Galvão traz uma série de entrevistas com colegas da prefeitura, e é focada nos acontecimentos imediatos à instalação da ditadura civil-militar em Natal. Mas antes, seus apontamentos convergem com o exposto por Maranhão e Moacyr de Góes, ao afirmar que a Campanha era composta por comunistas (cujo maior expoente local era o professor Luiz Maranhão) e católicos ligados à Ação Popular, para além de funcionários técnicos sem vinculação política mas engajados no projeto do Prefeito.

A exposição do contexto político potiguar da década de 1960 pela autora converge com os depoimentos de Djalma Maranhão e Moacyr de Góes, ao retratar a disputa entre as alas do senador Dinarte Mariz e do governador Aluísio Alves, Com a ilegalidade do PCB, o prefeito agregou o potencial de se transformar na terceira força política no estado, angariando apoio para além da capital. Mailde aponta os focos da administração municipal, quais sejam a alfabetização popular, a conscientização política das classes subalternizadas e a democratização da cultura. Mesmo com as dificuldades financeiras da prefeitura e a posterior perseguição pelos agentes da ditadura, a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler teria alcançado sucesso nos seus propósitos iniciais, e seu trabalho foi reconhecido pelo governo federal e por entidades internacionais, como a OEA e a UNICEF (GALVÃO, 1994, pp. 22).

A tentativa de resistência de Maranhão ao transformar a prefeitura no “Quartel General da Legalidade” também foi comentada pela autora. Enquanto o governador do estado manteve uma postura vacilante, que lhe conferiu depois o benefício de permanência no mandato, o prefeito de Natal afirmou o apoio ao presidente João Goulart.

A prefeitura foi invadida pelas forças militares no princípio de abril de 1964, e o prefeito foi preso junto com seu vice, Luiz Gonzaga dos Santos. Outras pessoas ligadas à Campanha, a sindicatos ou à administração municipal também foram detidas. Aluísio Alves contratou do Recife dois policiais civis, o delegado Carlos Veras e o agente José Domingos da Silva, para instaurar a Comissão Estadual de Investigação sobre os órgãos públicos e associações no Rio Grande do Norte, por meio da regulamentação, a nível estadual, do Ato Institucional nº 1. O delegado Veras, segundo Mailde, tinha treinamento do FBI para a atuação investigativa, o que demonstra o alinhamento das forças repressivas do Estado aos interesses estadunidenses. Pelo Exército, o capitão Ênio Lacerda foi o responsável pelas investigações e prisões de cidadãos considerados subversivos (GALVÃO, 1994, pp. 28-29).

José Evangilmárisson também descreve a maneira e o discurso empregados pelos agentes da repressão para a “limpeza” da Prefeitura Municipal de Natal. A capital potiguar teria se tornado, na visão dos novos detentores do poder, um espaço de subversão e influência comunista, com o perigo de levante popular, a exemplo do que aconteceu em Cuba em 1959. Não apenas os sindicatos e associações estudantis estariam eivadas de militantes vermelhos, mas os próprios mandatários da cidade estariam praticando uma estratégia de sublevação do povo contra a institucionalidade brasileira. Sobretudo a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler seria o principal canal de cooptação das classes populares por Maranhão e seus aliados, com o objetivo de minar a estabilidade do Estado no âmbito da sua influência local. O principal crime da Prefeitura teria sido a proposição de um programa de educação de massas, apropriado de uma pedagogia libertadora, conscientizadora (LEITE, pp. 81-88, 2008).

Mailde Galvão foi presa no dia 18 de junho de 1964, levada à presença do delegado Carlos Veras no 16º Regimento de Infantaria em Natal. A acusação se referia à sua atuação como responsável pela Diretoria de Documentação e Cultura e seu trabalho na organização das bibliotecas populares. Para os agentes da repressão, Mailde era uma das dirigentes de um plano de conscientização – exatamente nesse termo – e sublevação das classes populares natalenses com o objetivo de criar um governo socialista:

“[...] A Comissão de Investigações do Estado era um poder paralelo ao dos militares; prendia, torturava e encarcerava nos quartéis, multiplicando as ações de terror sobre os suspeitos de praticarem atos de subversão. O capitão Lacerda liderava porque estávamos encarcerados no 16º RI e ele era o Presidente da Comissão Geral de Investigações, mas nós, Diva [da Salete Lucena], Margarida [de Jesus Cortez], eu e outros presos igualmente levados para depor

com o delegado Veras, fomos, de fato, prisioneiros da Comissão do governo do Estado.” (GALVÃO, 1994, pp. 29).

Às declarações de Maranhão em defesa da legalidade e em conclamação à mobilização do povo contra o golpe foi contrastada a manifestação dos comandos militares de Natal em favor do novo regime, amplamente divulgada na imprensa (GALVÃO, 1994, pp. 35). O prefeito natalense era, no momento, a principal liderança democrática no estado, e estava encarcerado desde o dia 02 de abril. A Câmara Municipal, na maioria das posições dos vereadores, foi conivente com a prisão de Maranhão, e deu seguimento ao expurgo proposto pelos militares com a cassação do seu mandato e de seu vice.

Alguns aspectos do novo quadro político municipal foram descritos no relatório estadunidense datado de 24 de março de 1965, um ano após o golpe, portanto¹⁸. Ali são descritas as dificuldades relatadas pelo novo prefeito de Natal, almirante Tércio Rebello, em concretizar seus planos administrativos, simultaneamente às suas críticas à Campanha de Pé no Chão e à “demagogia” de Maranhão. Antes, porém, o cônsul Edward J. Rowell comenta a importância histórica de Natal como capital fortemente influenciada por grupos de esquerda:

“Natal, próxima de Recife, foi a cidade com mais severa dominação esquerdista no Nordeste. Seu prefeito esquerdista (preso depois da revolução, mas desde então liberado por *habeas corpus*) se mostrou capaz e popular, além de demagógico e subversivo, e os esquerdistas a nível federal procuraram fazer de Natal uma vitrine. Tais sondagens, como fizemos, indicam que grande parte da população lembra do regime de Maranhão com nostalgia e que o regime de Rebello é considerado honesto, apesar de ter realizado pouco.”¹⁹.

Este fragmento sustenta a última afirmação feita acima. A gestão de Maranhão permanecia como referência a frações da população natalense – em especial às classes desfavorecidas. Enquanto isso, o almirante Rebello apelava diretamente ao novo presidente, Castelo Branco, para que o governo federal oferecesse maior suporte à sua administração, com o argumento de “salvar o prestígio da revolução”, começada em 1964.

¹⁸ Relatório datado em 24 de março de 1965. American Consulate General, Recife, para o Departamento de Estado estadunidense.

¹⁹ Op. cit. (page 3): “Natal, next to Recife, was the city with the heaviest leftist domination in the Northeast. Its leftist Mayor (arrested after the revolution but since released on *habeas corpus*) had proved able and popular as well as demagogic and subversive, and leftists at the Federal level sought to make Natal a showcase. Such soundings as we have made indicate that much of the population looks back on the Maranhao regime with nostalgia and that the Rebello regime is considered to be honest but to have accomplished little.”.

Rebello também procurou os contatos da USAID e da SUDENE, com o intuito de financiar algumas das ações da prefeitura – não fica claro no texto, mas se pode considerar que o prefeito não tenha conseguido os recursos que pretendia. Nos argumentos da sua reivindicação, Rebello comparou o apoio que vinha recebendo dos governos federal e estadual – a seu ver, insatisfatórios – com o amparo que a administração Maranhão recebera dessas instâncias – supostamente superiores.

Duas comissões foram formadas a nível municipal, com o intuito de investigar servidores públicos delatados como subversivos e de analisar as finanças da prefeitura durante o mandato de Djalma Maranhão – arbitrária tentativa de justificar seu afastamento. A comissão de contadores não encontrou qualquer indício de irregularidades nas finanças públicas, e, segundo Mailde, o próprio almirante Tércio Rebello, substituto de Maranhão, reconheceu o trabalho transparente feito pela administração anterior, parabenizando o então secretário municipal de finanças Roberto Brandão Furtado (GALVÃO, 1994, pp. 54).

Mailde pontuou a rudeza com que os militares se portaram ao irem buscar as pessoas delatadas para os Inquéritos Policiais-Militares, promovidos nos quartéis do Regimento de Obuses, da Polícia Militar e do 16º RI. As famílias, filhos e filhas assistiam seus pais, mães, irmãos serem levados pelos agentes da ditadura recém instaurada, com homens fortemente armados a lhes escoltar para os depoimentos. A arquitetura dos inquéritos, desde a busca nos domicílios até o cárcere e o perigo de tortura foi, para a autora, de tal maneira desmedida, que não se poderia entender os critérios adotados para se proceder as investigações. Nos seis inquéritos que Mailde Galvão respondeu, o assunto mais frequente eram os acervos das bibliotecas populares, com suas temáticas diversas, mas que abrangiam romances sobre revoluções, poesias de identidade popular, livros doados pela biblioteca do exército – que, inclusive, serviram de argumento para os inquisidores afirmarem o esforço, por parte da Secretaria de Educação, de armar o povo para uma revolta comunista, a partir do estudo das táticas das Forças Armadas, como exposto:

“[...] Por uma suspeita absolutamente infundada e sem sentido, invadiam as residências, prendiam pessoas e expunham as famílias ao vexame das investigações na vida pessoal e profissional. Perdia-se a privacidade, o direito de defesa e a estabilidade nos empregos.” (GALVÃO, 1994, pp. 59).

Segundo a autora, o exagero de aparato nos momentos das prisões serviria também como encenação para amedrontar famílias e dissipar a atuação dos “subversivos”. Mailde compilou uma série de depoimentos ou descrições de companheiros e colegas, dentre os quais Hélio Xavier de Vasconcelos, ex-líder estudantil, comprometido com a interiorização da Campanha de Pé no Chão pelo estado e com a organização do Centro de Cultura Popular, que foi preso; Luiz Maranhão Filho, dirigente comunista e irmão mais jovem do ex-prefeito, morto pela ditadura em 1974; Omar Fernandes Pimenta, ex-diretor do Ensino Municipal; Margarida de Jesus Cortez, diretora do Centro de Formação de Professores, presa e interrogada (GALVÃO, 1994, pp. 62-111).

É emblemático o caso da detenção do então estudante universitário Marcos Guerra, envolvido com a interiorização do método Paulo Freire de alfabetização pelo Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte (SECERN) no início da década de 1960. Quando o golpe militar foi deflagrado, Marcos Guerra estava em comitiva para o Sergipe para a formação de professores e técnicos. Na sua volta de Aracaju para Natal, na cidade de Caruaru, Marcos e seus colegas foram abordados por uma companhia do Exército, e entregues em Recife ao coronel Ibiapina – famigerado inquisidor e torturador – para interrogatório. Este afirmou que o grupo de servidores da SECERN seria, na verdade, um pelotão de guerrilheiros cujo plano era a alfabetização popular, coordenada por Moscou e dirigida a toda a América Latina. O povo, conscientizado de seus direitos, tomaria o poder (GALVÃO, 1994, pp. 99).

A seguir, na então Galeria de Arte na praça André de Albuquerque, intelectuais e figuras públicas alinhados com o novo regime organizaram uma exposição de livros recolhidos das bibliotecas da DDC e das residências dos presos políticos, com o propósito de denunciar supostas tentativas de sublevação das camadas periféricas da cidade. Essa exposição, de acordo com Galvão (1994, pp. 112) foi largamente acompanhada pela imprensa. Enquanto os civis subservientes aos militares agradavam os novos detentores do poder, o projeto cultural do município, pensado com e para as classes populares de Natal, era extinto sumariamente, e seus dirigentes foram depostos, presos, exilados e sofreram um processo de calúnia que impactou sobremaneira suas vidas futuras.

Os intelectuais perseguidos foram denunciados com base no acervo de suas bibliotecas pessoais; os sindicalistas defensores das Reformas de Base foram acusados de filiação ao PCB, sendo que poucos de fato tinham vínculo com o Partido. E, por parte de Maranhão e seus companheiros de gestão, o seu crime foi o de propor uma educação que instrumentalizasse o povo pobre a buscar seus direitos, a ter consciência de suas

possibilidades. Na falta de uma fundamentação jurídica para as transgressões afirmadas, a narrativa do relatório foi elaborada unicamente com um discurso anticomunista, como se fosse autoexplicativo e prescindível de amparo material.

Assim como nos interrogatórios da jurisdição estadual, Mailde também respondeu a inquérito envolvendo o Departamento de Correios e Telégrafos – por ser originalmente funcionária deste órgão. Em ambos os ambientes, segundo a autora, as acusações de subversão eram baseadas no esforço retórico dos agentes da repressão em provocar confissões ou intimidar os acusados, porém carecendo de provas materiais que os vinculassem aos crimes alegados (GALVÃO, 1994, pp. 124-125). Tal como a história da preparação de guerrilhas vermelhas a partir das bibliotecas populares, enredo forçosamente repetido sem a mínima ligação com o acesso do povo à alfabetização e à leitura. Ou ainda, as reuniões de orientação e planejamento pedagógicos do CFP, em que o próprio ex-prefeito compareceu algumas vezes, foram mencionadas como encontros de preparação de guerrilha: o tema real de uma dessas reuniões foi a preparação da cartilha de alfabetização de adultos, inspirada no Método Paulo Freire. A “conscientização”, expressa na concepção da alfabetização de adultos, foi tomada pelos investigadores policiais e militares como evidência do perigo oferecido pela administração Maranhão à Segurança Nacional. A ameaça de que a população desfavorecida fosse conhecedora dos seus direitos. Numa caricatura tropical das práticas fascistas, as cartilhas, os livros das bibliotecas populares e dos acampamentos escolares foram queimados em uma grande fogueira acesa em frente ao CFP (GALVÃO, 1994, pp. 184).

Mesmo as personagens que não foram presas sofreram as pressões da perseguição sobre seus companheiros, a exemplo da professora Maria Conceição Pinto de Góes, esposa do ex-secretário de educação, que deu à luz um de seus filhos enquanto o esposo era ameaçado de ser levado do cárcere em Natal para a ilha de Fernando de Noronha (GALVÃO, 1994, pp. 140-142). O fato de Mailde, assim como outros ex-servidores municipais, ter sido chamada a responder inquéritos mais de uma vez na mesma instância demonstra a permanente vigilância da ditadura sobre os cidadãos considerados inimigos do Estado, ao menos nos primeiros anos do regime de exceção.

A desobediência a *habeas corpus* expedidos pelo Superior Tribunal Federal ou mesmo pelo Superior Tribunal Militar pelo comando do 4º Exército foi corrente nos primeiros meses da instauração da ditadura. Em agosto de 1964 alguns dos presos políticos de Natal foram transportados para Fernando de Noronha, como Djalma Maranhão, seu irmão Luiz Maranhão e Aldo Tinoco, então jovem odontólogo com

atividade parlamentar, e que já havia sido beneficiado com emissão de *habeas corpus* pelo STM (GALVÃO, 1994, pp. 191 e pp. 214). O descumprimento das determinações judiciais para a soltura de alguns dos acusados é reforçado, no seu caráter arbitrário, por não ter sido registrada nenhuma prova material dos seus envolvimento nas atividades subversivas afirmadas até aquele momento.

Extraí da obra de Mailde fragmento do relatório final da Comissão Municipal de Investigações, publicado em setembro de 1964, em que consta o argumento de acusação ao prefeito Djalma Maranhão:

“DJALMA MARANHÃO – Quando no exercício de Prefeito, organizou na Prefeitura – setor da educação – um trabalho de politização e conscientização de caráter puramente extremista, isso através da Diretoria de Documentação e Cultura, Centro de Formação de Professores, por meio de visitas ao setor de educação de pessoas extremistas, como podemos citar: Francisco Julião, Padre Alípio de Freitas, deputado Almino Afonso, estudantes e jornalistas cubanos e outros.” (GALVÃO, 1994, pp. 200).

As personagens do teatro político natalense refletiram, de certo modo, os movimentos orquestrados a nível nacional. O agrupamento progressista, encabeçado por Djalma Maranhão em Natal, foi acusado e destituído do seu direito de representar o povo que o elegeu. As medidas que visavam a garantia da soberania nacional e da independência cultural e econômica do país foram extintas pelas alas conservadoras, compostas de civis e militares, e foi aberto o período de exceção no Brasil. Houve a pretensão de se extinguir o analfabetismo na capital potiguar – quem pensou esse projeto foi cassado e, na figura de sua liderança mais expressiva, morreu no exílio.

Capítulo II

Educação e Cultura Popular em Natal

Moacyr de Góes, no seu livro, traça o ambiente de discussões pedagógicas que vinham sendo travadas no início da década de 1960, tendo, dentre as preocupações primordiais a nível nacional, a alfabetização e a educação de adultos. O governo federal, por meio do Ministério da Educação, a esquerda marxista e a Igreja Católica seriam os entes com participação mais ampla nos debates educacionais do período. Reproduzimos a listagem dos principais movimentos educacionais, segundo o autor:

- “a) Movimento de Cultura Popular, criado em maio de 1960, sob o patrocínio da Prefeitura do Recife, como sociedade civil autônoma;
- b) Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, deflagrada em Natal, em 23 de fevereiro de 1961, pela Secretaria de Educação da Prefeitura do Natal;
- c) Movimento de Educação de Base, lançado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em convênio com o Governo Federal, em março de 1961;
- d) Centro Popular de Cultura, criado pela União Nacional dos Estudantes, em abril de 1961.” (GÓES, 1980, pp. 39).

Durante a atuação do Movimento de Cultura Popular do Recife surge o acúmulo de experiências do pedagogo Paulo Freire. O método de alfabetização aliado à ideia de conscientização abriu uma nova possibilidade para a alfabetização de jovens e adultos. Fazendo um paralelo, assim como Paulo Freire partiu do conhecimento do universo vocabular dos seus educandos para elaborar os exercícios de apreensão fonética e escrita, aproximando-se das suas realidades, a gestão Maranhão conheceu as situações das comunidades populares natalenses para pautar sua atuação. Ressalte-se a promulgação, em dezembro de 1961, da Lei 4.024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei esta que, juntamente com o programa das Reformas de Base, inspirou artigos fundamentais da atual Constituição Federal, de 1988, e a atual legislação educacional brasileira, de 1992. Nesse cenário, duas tendências propositivas disputaram a caracterização do ensino no Brasil: a primeira, trabalhava na tentativa de garantir a gratuidade, a universalização e a valorização do ensino público; a segunda, mantinha o favorecimento da oferta de ensino pela iniciativa privada, financiada pelo Estado (GÓES, 1980, pp. 48). Assim, de outubro de 1961 a abril de 1964, o governo federal implementa uma série de programas e leis – como o Plano Nacional de Educação, de 1963 -, com o objetivo de expansão do ensino público. Todavia de forma alguma essas medidas ofereceriam ameaça à oferta do ensino pelas empresas privadas, a não ser pela pretensa melhoria das escolas públicas e diminuição da clientela das empresas.

É notável o apoio prestado pelo governo Goulart às iniciativas autônomas de alfabetização e cultura popular, em diversas partes do país – como as descritas anteriormente. Esse mesmo governo implantou o que seria o projeto mais ambicioso no âmbito educacional: o Plano Nacional de Alfabetização, de janeiro de 1964. O objetivo final deste Plano era a alfabetização de cinco milhões de brasileiros até 1965, com base no Sistema Paulo Freire. Ou seja, seria o acréscimo de cinco milhões de eleitores ao colégio eleitoral antes das próximas eleições gerais previstas – visto a proibição de voto aos analfabetos pela lei eleitoral vigente (GÓES, 1980, pp. 52). Isso representaria, no plano político, uma grande vantagem às forças progressistas que gravitavam em torno do

presidente. Tanto se comprova essa afirmação, já que o Plano Nacional de Alfabetização foi extinto quatorze dias depois do golpe militar.

A Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler equivalia, para Maranhão no ambiente municipal natalense, ao que o PNA representava ao governo federal. Moacyr de Góes retoma a descrição das oito fases da Campanha, já mencionadas na leitura das obras do prefeito. E, como fundamento dessas oito fases, está a constante proximidade do poder público em relação às comunidades atendidas pelo combate ao analfabetismo. As lideranças locais, reconhecidas pelos seus vizinhos, foram importante elo de valorização dos acampamentos e das escolinhas da Campanha, imbuídos da importância da educação e da cultura popular, como segue:

“Fazendo da escola o centro de desenvolvimento da vida da comunidade, foi fácil trazer os responsáveis e participantes dos conjuntos folclóricos para ministrar a recreação infantil, nos Acampamentos, à base dos autos populares. Isso se fazia sem se gastar um tostão, e, principalmente, preservando a pureza do folclore, que vinha da fonte, diretamente, para o patrimônio cultural das crianças.” (GÓES, 1980, pp. 56).

Pela narrativa observada, o programa de erradicação do analfabetismo e a promoção da cultura popular foram eleitos pela Prefeitura como os eixos fundamentais da sua estratégia administrativa. Aparentemente, os componentes da gestão Maranhão comungaram dos princípios políticos do prefeito, o que teria garantido a concretização dos eixos estratégicos citados.

Note-se que a fundação da Rede Municipal de Ensino foi obra de Djalma Maranhão quando este assumiu pela primeira vez a Prefeitura do Natal. De 1956 a 1959, Maranhão foi prefeito indicado pelo então governador do estado Dinarte Mariz. A Diretoria de Ensino Municipal foi criada em 1957, e em seguida se converteu na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Saúde (MARQUES, pp. 86, 2015).²⁰ Pelo diagnóstico apresentado no texto, o contexto de Natal não fugia à realidade brasileira da época: a oferta da educação formal diminuía, ao passo que a demanda crescia em função do aumento da taxa demográfica do país. Por volta de 1941, funcionavam em Natal onze Grupos Escolares, sendo que vinte anos depois estariam em funcionamento apenas dez. O problema prático estaria na natureza da administração pública, dos seus objetivos, como colocado pelo ex-prefeito:

²⁰ Conforme Lei Municipal nº 988/1959, que *Reorganiza os serviços administrativos da Prefeitura Municipal de Natal e dá outras providências*.

“A esse respeito, cumpre dizer que o divisor de águas entre a antiga e a moderna administração é a introdução de um novo elemento conotativo que, ao lado da noção de interesse público, dinamiza e impulsiona as administrações progressistas. O **INTERESSE SOCIAL**. [...] Não é possível falar-se em Reforma Agrária, Tributária, Bancária e tantas outras, sem antes afirmarmos a convicção de que o êxito de qualquer delas repousará tão somente na solução do **ANALFABETISMO**. [...] A democratização da educação, sem fugir à problemática brasileira, a conscientização popular e as facilidades para que esse povo possa atingir determinado índice de cultura, deve constituir uma constante das etapas de qualquer governo, seja no plano Federal ou Municipal.” (MARANHÃO, s/d, pp. 69).

Ao dar garantia de acesso à educação para as camadas subalternizadas, como colocado acima, a cultura popular seria, segundo a estratégia da Prefeitura, o instrumento de conscientização das classes populares e o alicerce da manutenção da soberania nacional. A isso então se alinhou a proposta de democratização da educação, vista não apenas como instrução, letramento, mas como o caminho de emancipação das classes trabalhadoras, uma vez que estas estariam instrumentalizadas para se autodeterminarem.

A dificuldade material, o orçamento apertado da administração foram contornados pela adesão popular ao intento do prefeito: diversas entidades civis, como sindicatos, igrejas, clubes e associações foram convocadas a contribuir com a Campanha, ao que responderam com a cedência de espaço ou ajuda voluntária para a instalação de salas de aula. Essas foram as “escolinhas”, que reduziram o déficit da oferta da educação primária no município e, em 1964, já contabilizavam mais de trezentas salas de aulas. Esse pontapé inicial foi seguido das demais fases da Campanha (MARANHÃO, s/d, pp. 78).

É curiosa uma das soluções encontrada para a necessidade de ampliação da estrutura de escolas, obstaculizada pela falta de recursos da Prefeitura: em conversa com moradores do bairro das Rocas, então uma das zonas mais empobrecidas da cidade, carente de infraestrutura mais básica. Foi pensada a construção de acampamentos, com grandes galpões de baixo custo para sediar salas de aula. Esses galpões teriam piso de chão batido e telhado de palha de coqueiro trançada, aberto nas laterais e tendo como divisórias entre as classes apenas os quadros. Os operários da prefeitura foram ensinados pelos pescadores dos arredores a trançar a palha de coqueiro para a construção dos telhados. Pela impossibilidade imediata da construção de escolas de alvenaria, foram instalados ao todo nove acampamentos escolares, com engenharia simples e padronizada. Interessante também o fato de que, em cada acampamento, havia uma horta e um aviário, cuja manutenção era responsabilidade das agentes da Campanha e dos seus estudantes, numa lógica de incremento da merenda escolar e, sobretudo, para uma educação voltada para a produtividade (MARANHÃO, s/d, pp.104). O surgimento dos acampamentos

escolares é outro exemplo do diálogo entre comunidades e prefeitura: a ideia era fruto das vivências dos bairros periféricos, materializava a participação popular e se convertia em alternativa viável para a falta de recursos financeiros.

Os acampamentos escolares e as escolinhas teriam gerado comoção nos bairros atendidos e, segundo o relato do prefeito cassado, teve início uma disputa sadia entre as ruas no levantamento do número de analfabetos e no empenho para que essas pessoas frequentassem as aulas de alfabetização e de ensino primário. Nas ruas foram expostas faixas com a contagem de combate ao analfabetismo (MARANHÃO, s/d, pp. 84-85). Como afirmado por Maranhão e por Moacyr de Góes em suas memórias, os acampamentos escolares foram a alternativa economicamente viável, e se converteram num exemplo de escola ecológica, pois sua instalação não agredia o ambiente envolvente. Estava em harmonia com o cenário no seu entorno (MARANHÃO, s/d, pp. 86).

O ex-prefeito pretendeu valorizar a identidade popular da Campanha de erradicação do analfabetismo, apontando o fato de que os limites teóricos de uma pedagogia pequeno-burguesa, acadêmica, representada pelos quadros da prefeitura ao início do processo, foram ultrapassados pela prática popular, pela participação das comunidades, desde a sugestão de construção dos acampamentos escolares até a adesão nas reuniões de devolutiva às famílias das crianças alfabetizadas e pela escuta das suas demandas e proposições. Nesses momentos outras necessidades surgiam, como a falta de abastecimento de água ou de luz elétrica em determinado bairro, por exemplo, auxiliando na informação à prefeitura sobre possíveis prioridades infra estruturais, obras a serem executadas. Na visão do professor Moacyr de Góes, ao que tudo indica compartilhada pelos seus pares, a Campanha foi construída “de baixo para cima”, e os possíveis vícios de uma pedagogia bem-intencionada porém naturalmente elitista, foram minimizados por essa participação (GÓES, 1980, pp. 96 e 99-101). E daqui decorre, também, o germe da livre organização das classes trabalhadoras, de forma prática, objetiva, num ambiente em que a autoridade estatal imediata – a prefeitura – não oferecia censura, pelo contrário, dava respaldo e incentivava.

É característico o apreço pela análise crítica na narrativa de Moacyr de Góes, visto que há também a apresentação de algumas insuficiências da Campanha, como a não formação de mais quadros teóricos que produzissem ampla documentação sobre a iniciativa (GÓES, 1980, pp. 105). O ativismo perpétuo dos seus profissionais teria abreviado a possibilidade de registro aprofundado, detalhado, reflexivo sobre De Pé no Chão. Não houve tempo para a formação de mais pessoas que pudessem pensar

teoricamente a sua proposta pedagógica e política – para além dos seus gestores, como os professores Moacyr de Góes e Margarida de Jesus Cortez.

Simultaneamente, a Prefeitura teve de dar conta do problema da formação dos profissionais que atenderiam a demanda do Sistema Municipal de Ensino. A Universidade do Rio Grande do Norte – hoje UFRN – era um dos principais polos formadores de professores do estado, porém era flagrante a falta de um corpo docente que acesse o crescente número de matrículas da Campanha. Foi criado então o Centro de Formação de Professores – CFP -, sob a direção da professora Margarida de Jesus Cortez, que oferecia modalidades de cursos de formação de emergência, ginásio normal (quatro anos de curso após a conclusão do primário) e colégio normal (três anos de escolaridade após a conclusão do curso médio do 1º ciclo) (MARANHÃO, s/d, pp. 92-93).

O primeiro durava cerca de três meses e tinha o objetivo de formar as regentes de classe, focadas no trabalho de alfabetização e de ensino de cálculo básico às crianças que ainda eram analfabetas. Suas alunas eram majoritariamente moças das comunidades atendidas pelos acampamentos escolares e escolinhas, recrutadas não apenas para suprir a modalidade de ensino, mas também por serem naturalmente identificadas com a realidade dos bairros onde atuavam. O resultado para essas jovens, segundo o relato de Maranhão, foi a mudança do seu *status* social, visto que gozaram de uma posição reconhecida pelas suas comunidades. Mesmo que não recebessem um salário, apenas uma gratificação irrisória, as “professorinhas” foram o pilar que sustentou a Campanha de Pé no Chão. Seu desenvolvimento e posterior atividade eram periodicamente acompanhados pelas orientadoras pedagógicas do CFP. Fernanda Aquino ressalta a importância da formação inicial das professoras que atuavam na Campanha, mas também como a sua prática pedagógica, aliada à supervisão da equipe do CFP, foi o que permitiu a esse novo corpo docente aproximar a proposta didática com os objetivos políticos da iniciativa de erradicação do analfabetismo (AQUINO, pp. 8, 2015). Os estudantes não foram os únicos sujeitos influenciados pelo discurso empregado pela Campanha; os profissionais que se engajaram nela, desde a sua gestão até o cotidiano da sala de aula, também sofreram um impacto ideológico ao se comprometem com o projeto da Prefeitura.

Na narrativa da professora Margarida de Jesus Cortez, dirigente do CFP, encontramos também os limites da formação das professoras que atuavam na Campanha. Apesar de ser afirmado o compromisso profissional e a seriedade na formatação do currículo, a constituição das disciplinas teria se dado de maneira apressada, visto que a formulação da Campanha foi imediatamente posta em prática (CORTEZ, pp. 94-107).

Isso implicou uma preparação dos planos de trabalho pelo grupo acadêmico do CFP, enquanto que as professoras dos acampamentos escolares puderam participar na sua crítica e adaptação posterior, mas não no momento da sua primeira ideia. Fernanda Aquino e Margarida Cortez, entretanto, fizeram a crítica deste ponto mas sugeriram que tal limite não impactou no objetivo da Campanha. Teria sido uma necessidade do contexto.

Seguiu-se então o processo de pesquisa nos bairros periféricos para averiguação da população adulta não alfabetizada, realizado por universitários voluntários, agentes da Campanha e jovens alunos do ensino regular que se dispuseram a contribuir na alfabetização dessas populações, indo de casa em casa. Os adultos resistentes a frequentar as aulas nos acampamentos foram ensinados por esses jovens voluntários (MARANHÃO, s/d, pp. 88-90).

Tendo início o processo de alfabetização das populações periféricas, seria necessário ainda lhes garantir alguma forma de introdução no mercado de trabalho. Pelo pensamento dos componentes da Prefeitura, a emancipação do povo se daria pela sua instrução mas também pelo aprendizado de algum ofício que possibilitasse o sustento das famílias marginalizadas. Foi estabelecida outra face da Campanha, que teria o nome De Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão. A ideia seria a oferta de cursos básicos para ofícios bastante práticos. Cerca de trinta cursos foram realizados, como o de barbearia, datilografia, telegrafia, marcenaria, envolvendo crianças e adultos de ambos os sexos (MARANHÃO, s/d, pp. 109-117). Seria apenas um início de profissionalização, cursos intensivos em que os seus alunos, mesmo antes de os concluírem, já poderiam praticar o que aprenderam e incrementar suas rendas. Os cursos foram aplicados nos acampamentos escolares, e em cada um dos nove acampamentos eram oferecidos cursos diferentes.

Para a educação dos jovens e adultos iletrados foi concebida uma cartilha específica da Campanha, cuja finalidade transcendia a compreensão fonética e a escrita. As frases dos exercícios didáticos da cartilha introduziam no seu conteúdo momentos da vida dos estudantes e repassavam pensamentos consonantes com os ideais de democratização da cultura e emancipação popular defendidos pela gestão Maranhão: “com o desemprego o povo vive sem pão”; “o operário luta pelo pão de sua família”; “a falta de estradas é uma das causas do pouco desenvolvimento do Nordeste”; “o trabalhador sindicalizado é um homem forte”; “para o progresso de nossa pátria é necessário defender a indústria nacional”; “só existe verdadeira fraternidade, quando cada

homem se interessa pelo bem estar do próximo”; “o voto do povo deve servir para mudar sua sorte”; “devemos ter em nosso pensamento as coisas que são indispensáveis ao homem: o pão, a saúde e a educação”; etc. A prática pedagógica da Campanha na alfabetização de adultos, baseada no princípio da conscientização do povo sobre seus direitos fundamentais, convergia com o ideário dos outros movimentos de educação popular elencados anteriormente. Os grupos políticos conservadores, representantes dos interesses das elites, viam, como demonstrado nos relatórios estadunidenses, com preocupação essa iniciativa da Prefeitura natalense. Assim como os opositores de Brizola, de Arraes e de Jango extinguiram os seus projetos ao se aliarem à ditadura. O autoritarismo do estado de exceção foi a tentativa de apagamento dessas iniciativas alicerçadas no que se entendia como interesses do povo.

Segundo Maria Elizete Guimarães Carvalho, alfabetização de adultos e conscientização do povo não eram conceitos dissociados. Na verdade, seriam premissas que se complementavam, uma vez que a alfabetização dos trabalhadores seria uma necessidade para que estes pudessem reivindicar seus direitos, como segue:

“O processo de conscientização do povo operava-se através da Escola, Praça de Cultura (parque infantil, bibliotecas, jornal mural, campo esportivo, fórum de debates), Teatrinho do Povo, Museu de Arte Popular Câmara Cascudo e Congressos, que faziam parte de uma política cultural globalizante, onde a cultura popular tinha função desalienadora, constituindo-se instrumento de libertação nacional” (CARVALHO, pp. 687, 1997).

Como exposto acima, todas essas iniciativas de promoção cultural e de instrução de massas, organizadas pela gestão Maranhão, teriam por objetivo alertar as classes populares do valor da sua cultura, da sua capacidade de busca dos seus direitos. Berenice Pinto Marques pontua que a prática educacional empregada na Campanha de erradicação do analfabetismo seria dialógica, uma vez que partiu da Secretaria de Educação o contato com as comunidades que seriam atendidas, por meio dos Comitês Nacionalistas. A dialogicidade, enquanto conceito pedagógico e sociológico, foi depois desenvolvida por Paulo Freire. Tem a ver, no aspecto pedagógico, com a sensibilidade do educador em compreender o contexto dos estudantes, para assim traçar o discurso da sua didática, partindo daquilo que esses estudantes trazem como experiência e do compartilhamento de saberes. Não se trata, então, de uma metodologia unilateral, em que o professor ensina e o aluno aprende, em que o gestor sanciona iniciativas e a sociedade as recebe passivamente. Por se proporem a elaborar as políticas públicas em consonância com as

demandas das classes trabalhadoras de Natal que Djalma e seus companheiros teriam feito da sua administração a ferramenta para a construção de uma cidade educadora (MARQUES, PP. 79-118, 2015). Além dos estudantes e professores universitários que apoiaram a Campanha De Pé no Chão, o reconhecimento angariado pelos seus dirigentes e professorado extrapolou os limites da capital do estado, e outras cidades buscaram o contato da Prefeitura do Natal para firmar convênios de parceria. O Centro de Formação de Professores também passou a acolher especialmente moças provindas do interior para os seus cursos de emergência, e as orientadoras pedagógicas acompanhariam o trabalho desenvolvido nas suas cidades de origem. Segundo o relato posto no livro, quarenta prefeitos de cidades do interior solicitaram bolsas de estudo para essas estudantes junto ao CFP, já no início de 1964 (MARANHÃO, s/d, pp. 127).

Bibliotecas rotativas entre os acampamentos escolares, fomento ao teatro popular, a construção das Praças de Cultura, da Galeria de Arte, do Museu de Arte Popular e outras medidas tomadas pela Prefeitura do Natal entre os anos de 1961 e 1964 revelam a constante preocupação da administração municipal com a valorização da cultura popular. O folclore potiguar e suas festas tradicionais, a literatura de cordel, a escultura de artistas locais também foram convertidos em instrumentos para estímulo da identidade regional.

Havia ainda o projeto para a construção de quatro maternidades e dez casas de parto, que atenderiam os bairros mais populosos e periféricos da cidade do Natal. Seu funcionamento seria fruto de um convênio firmado entre a Prefeitura e a Universidade do Rio Grande do Norte, através da assistência da sua Faculdade de Medicina (MARANHÃO, s/d, pp. 76). A iniciativa responderia à mazela da mortalidade infantil, na época afligindo o interior brasileiro e as capitais nordestinas em peso. O projeto não foi realizado, por motivo da destituição de Djalma Maranhão e seus subordinados após o golpe de 1964. Desse projeto, os materiais haviam sido adquiridos quase em sua totalidade, mas não foi possível lhes aplicar. (GÓES, 1980, pp. 111).

Foi decretada a obrigatoriedade do ensino primário na rede municipal de ensino – o que teria representado o avanço da Campanha, o seu ponto máximo – e a tônica passou a ser a defesa da educação pública financiada pelos recursos do município, amparados por apoio material do poder federal. Seria a “escola brasileira com dinheiro brasileiro” (MARANHÃO, s/d, pp. 132-133). Por si só, a eleição da educação como eixo principal da gestão municipal pode sugerir algumas reflexões, como “qual o alcance desejado pela prefeitura para a instrução pública?”. Temos bastantes pistas já colocadas nos fragmentos analisados. Na Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, a estratégia

pedagógica e política foi aprofundada com o seu desenvolvimento cotidiano; seu objetivo estava definido e seus gestores conseguiram mantê-lo independente de interesses externos ou privados. Wellington Germano discute os princípios que basearam a estratégia pedagógica da Campanha, ao retomar o pensamento de Moacyr de Góes, quando este coloca, para se atingir a independência econômica do país, a necessidade de constituição de uma política de instrução de massas, nacionalista e nacionalizante (pp. 129, 1989).

O conceito de cultura deste grupo foi ampliado, tomando singularmente as expressões e saberes populares, e suas referências teóricas não se limitaram ao acúmulo acadêmico de Marx e Lênin, mas buscaram na literatura e no teatro nacionais parte da inspiração da sua estratégia pedagógica: “[...] discutir com um camponês a reforma agrária mas também ouvir dele a sua opinião sobre a participação dos estudantes nos Conselhos Universitários” (GALVÃO, 1994, pp. 14). Ou seja, a abertura para a contribuição do povo na elaboração das políticas públicas; fazer das expressões artísticas populares os elementos de constituição identitária desse povo, e valorizar tais expressões institucionalmente; desenvolver um sistema de instrução de massas, que se aproxime da realidade da população atendida. Portanto, a terminologia cultura popular não faz referência a uma dicotomia, comumente vista, entre uma cultura da elite, propagada pela mídia como portadora de valores universais, e uma cultura menor, das periferias, desvalorizada, simples folclore. Não, o entendimento de cultura popular foi o das expressões culturais e artísticas das classes despossuídas, que partem das comunidades, das localidades e, mesmo na sua diversidade, têm, nos seus pontos em comum, as bases de uma identidade nacional. Essa identidade nacional seria tanto mais original e independente na medida em que se alicerçasse nessas características do povo brasileiro, e não em padrões exógenos, apropriados pelo consumo de valores das nações ricas.

Entenda-se povo, no conceito de Maranhão, como as classes trabalhadoras e despossuídas de Natal: os pescadores do mangue; os comerciários; os operários; as lavadeiras; as donas de casa, chefes das suas famílias. É a maioria da população, diversa mas que comunga de características culturais próprias, como as canções que passavam de geração em geração, o ofício ensinado de pai e mãe para filho (a exemplo da pesca e da sapataria), o cotidiano das comunidades que conquistaram direitos como saneamento, abastecimento de água e eletricidade nas zonas periféricas. A análise de Barbosa Junior (pp. 211, 2016) corrobora esta compreensão.

Segundo os depoimentos analisados, os jovens estudantes que aderiram e trabalharam em De Pé no Chão traziam, ao mesmo tempo, a paixão política, confiante

nas Reformas propostas a nível nacional, e a contribuição do pensamento acadêmico ao planejamento de combate ao analfabetismo. É interessante notar, nas memórias de Mailde Galvão, a referência de Cuba e seus revolucionários para os agentes da administração municipal, não apenas àqueles de orientação marxista, mas para os progressistas e educadores em geral (GALVÃO, 1994, pp. 15). Uma pequena amostra dos campos ideológicos formados no cenário internacional do contexto – sem organização homogênea tão ampla, mas constituídos como tendência de pensamento em contraposição mútua, socialistas das mais variadas formulações em negação ao alinhamento conservador pró-Estados Unidos.

Um dos relatos, dirigido ao Departamento de Estado estadunidense, datado de 11 de março de 1964, traz um breve balanço do alcance e dos resultados da Campanha de Pé no Chão.²¹ Observa-se o relativo sucesso da Campanha no combate ao analfabetismo, mas também se atenta para o potencial que esta representaria como incremento para a popularidade de Djalma Maranhão, como colocado a seguir:

“Embora parcialmente bem-sucedida em trazer um decréscimo do analfabetismo para os iletrados de Natal, ‘Com Pé no Chão’ tem também sido bem-sucedida como um instrumento de politização das massas e orientando-as em favor de Maranhão. [...] O programa educacional de Djalma Maranhão tem tido um grande sucesso, politicamente falando, melhorando notavelmente a popularidade do Prefeito. Com um olho no governo [estadual] em 1965, Maranhão está tentando expandir sua imagem pelo estado e a Frente oferece uma excelente oportunidade.”²²

O suposto mérito da Campanha em atingir seus objetivos é reduzido na análise do agente diplomático norte-americano. O aspecto central do seu informe é a popularidade angariada pelo prefeito a partir dos projetos executados pela sua gestão. A “Frente” a que se refere o agente é a Frente Municipalista da Educação Popular, fundada no início de 1964 pela parceria de Maranhão com as prefeituras de outras quarenta cidades interessadas em replicar a Campanha De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler em suas regiões – como mencionado no livro de Moacyr de Góes. As práticas do prefeito e de

²¹ Datado em 11 de março de 1964. American Consulate General, Recife, para o Departamento de Estado estadunidense.

²² Op. cit. (page 1-2): “Although partially successful in bringing a degree of literacy to Natal’s uneducated, “Com Pe No Chao” has also been somewhat successful as an instrument of politicizing the masses and orienting them in Maranhao’s favor. [...] Djalma Maranhao’s educational program has been a great success, politically speaking, in Natal and has enhanced the Mayor’s popularity noticeably. With an eye on the governorship in 1965, Maranhao is attempting to spread his image throughout the state and the Frente offers an excellent opportunity.”.

seus aliados estavam sob constante observação da diplomacia estadunidense – basta verificarmos a proximidade dos relatos para constatar isso. Conquanto a importância do contexto natalense reflita a vida política nacional em proporção muito pequena, compreendemos que as atuações de figuras-chave na sociedade brasileira eram acompanhadas de perto por esses agentes, nas diferentes escalas de poder, como maneira de informar e prevenir os seus superiores sobre grupos e personagens contrários aos seus interesses.

Os princípios de valorização do trabalho, de participação política do povo, de conscientização, de cultura popular, de democracia, de soberania nacional e de denúncia do imperialismo foram negligenciados quando os militares colocaram o capitão-de-corveta Thomaz Édison Goulart do Amarante como Secretário Municipal de Educação, como indicação do novo prefeito, almirante Tertius Rebello. Deste modo, após o expurgo das lideranças da Campanha De Pé no Chão, o Sistema Municipal de Ensino passou a ser coordenado sob uma estratégia de alinhamento com os governos estadual e federal, com a SUDENE e a Aliança para o Progresso (GÓES, 1980, pp. 125-126). Os servidores da prefeitura foram obrigados a denunciar colegas que sugerissem alguma postura ideológica convergente à administração anterior, ou que fosse de simples apoio ao governo Goulart; o novo prefeito concedeu cargos a militares e terras da prefeitura do Natal às Forças Armadas (GÓES, 1980, pp. 127). O acervo de livros das escolinhas e bibliotecas municipais foi retirado e destruído (GÓES, 1980, pp. 128).

Os acampamentos escolares foram extintos e o discurso emancipatório das cartilhas de alfabetização foi denunciado pelos novos governantes. Em três anos, cerca de 40.000 estudantes compuseram o alunado da Campanha, que formou em torno de 500 profissionais para a regência de classe, num universo de 160.000 habitantes, à época²³. De Pé No Chão Também se Aprende a Ler poderia ter tido seus limites expandidos, não fosse a compreensão do autoritarismo sobre sua contribuição à vida das populações periféricas. Mas, nos objetivos iniciais de erradicação do analfabetismo e de democratização da educação e da cultura, a Campanha percorreu uma jornada frutífera. Mesmo a narrativa encontrada nas fontes dos agentes contrários à ideologia de Maranhão e seus companheiros reforça os resultados obtidos pela iniciativa.

²³ Cifras informadas por Moacyr de Góes em entrevista prestada à revista Paidéia, nº3, Ribeirão Preto, Agosto de 1992: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1992000300002, acessado em 28 de outubro de 2019.

Capítulo III

Qual nacionalismo? A ideologia de Djalma Maranhão

É importante percebermos que houve um discurso bem definido que baseou o programa do prefeito Maranhão e seus aliados, constituído dos seguintes conceitos: consciência, cultura popular, soberania e interesse nacional são termos frequentes na sua campanha eleitoral e depois nas manifestações em chamamento ao público natalense. Nas fases que compuseram De Pé no Chão, a Prefeitura construiu sua proposta de erradicação do analfabetismo em escuta às demandas levantadas pelas populações dos bairros periféricos.

Nitidamente há o elemento de tentativa de conscientização, de aliar o direito de instrução à possibilidade de informar as classes populares natalenses dos seus demais direitos e dos fundamentos, para o prefeito e seus aliados, da sua concepção de soberania nacional, como apontado abaixo:

“A **realidade do adulto** é a sua luta pela sobrevivência, é a sua necessidade de afirmar-se como homem, é a sua responsabilidade perante si mesmo, sua família e sua comunidade, é a defesa da sua dignidade, é, enfim, a conquista da sua felicidade. [...] O despertar no homem do espírito democrático, integrá-lo na vivência das instituições, será tarefa da educação. [...] Esta filosofia democrática da educação estará contida em todo o processo de aprendizagem, desde o ato da alfabetização, isto é, do conhecimento simbólico e objetivo das palavras, até a sua interpretação e significação mais profunda. Quando o homem aprende a ler e escrever a palavra ‘trabalho’, mais do que significar uma ocupação, um serviço que ele executa para ganhar a vida, esta palavra contém ainda o sentido sócio-político mais profundo de que o trabalho de cada um engrandece um povo e constrói uma nação.” (MARANHÃO, s/d, pp. 119-120).

A compreensão de que a instrução de adultos poderia contribuir para a conscientização do lugar social que se ocupa e das suas potencialidades, como colocado acima, estava expressa na cartilha de alfabetização de jovens e adultos da Campanha. Mesmo que não sugerissem uma revolução armada ou algo do gênero, os opositores de Maranhão viam na ideia de informar o povo sobre seus direitos como uma ameaça às suas posições favorecidas. Se considerarmos correta a avaliação presente nos livros de memória analisados, a Campanha não era mais um programa de governo, pois se converteu em uma iniciativa com forte influência do público que atendia na formulação da sua proposta pedagógica – era apenas operacionalizada pela prefeitura, mas pensada com seus alunos e famílias atingidas.

Eventos de promoção da cultura norte rio-grandense e nordestina foram promovidos ou apoiados pela Prefeitura durante esse período como um dos suportes de suas pretensões político-ideológicas, e a cultura foi eleita como um dos pilares de emancipação do povo subalternizado, como segue:

“A nossa luta interna de libertação liga-se profundamente à cultura popular, que assume no primeiro momento o sentido de desalienação de nossa cultura, sobrepondo aos valores culturais estranhos os nossos valores, os criados e elaborados aqui. Essa a tarefa fundamental da cultura popular, sobrepor a nossa cultura às culturas estrangeiras, sem perder de vista, evidentemente, o sentido universal, permitindo o processo de aculturação, mas que haja predomínio da cultura brasileira. Num segundo momento, assume a cultura popular um caráter de luta, ao lado da formação de uma autêntica cultura nacional, promove a integração do homem brasileiro no processo de libertação econômico-social e político-cultural do nosso povo. [...] NENHUM POVO É DONO DO SEU DESTINO SE ANTES NÃO É DONO DE SUA CULTURA.” (MARANHÃO, s/d, pp. 139-140).

As conclusões expressas têm evidente alocação no espectro político de esquerda. Moacyr de Góes afirma que “o pensamento político de Djalma Maranhão tem base no humanismo marxista, apesar de seu desligamento do PCB”. Talvez fosse essa matriz de pensamento a explicação para o empenho da administração Maranhão no seu objetivo de reverter aos natalenses, sobretudo os mais pobres, políticas de expansão de direitos sociais (1980, pp. 42). Apesar das suas convicções ideológicas, o prefeito se manteve aberto ao diálogo com quem pudesse contribuir para a erradicação do analfabetismo na cidade – sem favorecer interesses alheios, como já citado antes.

Poucos meses antes do golpe que abriria a ditadura civil-militar brasileira, a proposta ideológica da Campanha De Pé no Chão havia sofrido uma mudança, no sentido de se propor como política pública-modelo para a garantia da soberania nacional. Que a Prefeitura fosse capitaneada por um grupo de esquerda não seria surpresa para qualquer observador, porém a gestão Maranhão preservou a independência de sua administração frente interesses privados e, ainda mais, estrangeiros.

Pelo relato das atividades da gestão Maranhão em Natal, encontrado no segundo livro de memórias do prefeito que nos serve como fonte – *Memórias de 1964* -, o apelo à participação das classes populares na orquestração e na realização das políticas públicas foi prática constante. Como detalhado em outros momentos deste trabalho, a estratégia da Secretaria Municipal de Educação para o financiamento e fixação do Sistema Municipal de Ensino se baseava exclusivamente na receita da prefeitura, no apoio prestado pelo Ministério da Educação e na participação das comunidades. Ou seja, vemos

no caso da experiência de Natal o alinhamento da gestão Maranhão ao grupo de entidades e governos que buscavam a manutenção do caráter público e gratuito da educação a nível nacional. Ao passo que não houve abertura para o envolvimento da iniciativa privada na Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler. Pelo contrário, em dado momento o prefeito Maranhão se contrapôs à aliança feita pelo governador Aluísio Alves com a Aliança para o Progresso.

A participação de pais, estudantes e comunidade na estruturação da Campanha fez dos círculos de pais e professores um instrumento de politização dos bairros. Os materiais de estudos das crianças e dos adultos, com as suas especificidades pedagógicas, educavam para a produtividade, em valorização ao trabalho, contra a alienação do povo e o pauperismo. As avaliações não tinham por objetivo apenas a aferição das notas, mas buscavam inculcar valores e mensurar atitudes, hábitos aos estudantes (GÓES, 1980, pp. 67). Logo, na narrativa de Moacyr de Góes também observamos a singela porém progressiva sugestão do socialismo, como alternativa social para as necessidades do povo e do país – ao menos esse foi o pensamento do grupo gestor da prefeitura.

As cores ideológicas dos dirigentes da Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler eram, até onde podemos averiguar, bastante nítidas, e sua prática convergiu com os ideais de independência, de democratização da educação, de emancipação popular, de autodeterminação, assim demonstrados:

“[...] a educação no Município de Natal definiu-se por ação profundamente comprometida com a luta de libertação nacional, afirmação da soberania do país através de uma emancipação econômica e pelo engajamento das camadas mais espoliadas do povo no processo sócio-político-cultural da nação. Procurou-se fixar a educação como alavanca da criticidade democrática e abrir-se a estrada da conscientização popular.” (MARANHÃO, s/d, pp. 70).

Djalma Maranhão poderia ter sido um dos proponentes de uma nova linha do nacional-desenvolvimentismo, muito mais à esquerda que outros políticos de tradição ideológica semelhante, como o próprio presidente João Goulart. Talvez fosse o expoente de uma aproximação entre a matriz trabalhista e o socialismo democrático, na figura de Miguel Arraes. Consideremos historicamente o contexto das vertentes políticas brasileiras que reivindicavam a influência de Getúlio Vargas.

Vargas desencadeou o primeiro grande ciclo industrializante no Brasil, depois instaurou a Consolidação das Leis Trabalhistas e implantou a exploração do petróleo, sob controle do Estado. Considero que tais medidas foram convertidas em favor da população brasileira, na defesa do trabalho e da sua pretensa autonomia produtiva e de consumo. A

maior parte do tempo em que foi o mandatário da nação, porém, utilizou-se dos expedientes mais autoritários para concretizar seu projeto político. A ditadura do Estado Novo é um dos períodos mais paradoxais da nossa História, em minha análise.

Na mesma linha, o governo de Juscelino Kubitschek acelerou o ritmo de industrialização, todavia ligado à capacidade de investimento estrangeira e seus interesses. Diversos setores produtivos no país ficaram atrelados a grupos do capital internacional, como a indústria automobilística. Ao mesmo tempo que tinha relativo sucesso o ímpeto de integração econômica e social do interior brasileiro aos centros metropolitanos – como com a construção de Brasília no cerrado e a expansão das rodovias –, a inflação corroía os salários. Com o crescimento econômico verificado durante o governo JK, vieram as forças que ameaçariam a independência produtiva brasileira.

Sob o governo João Goulart, as tendências e os partidos progressistas tiveram esperança de preservação da indústria nacional e do seu crescimento. A maior parte das demandas sociais e econômicas desses grupos poderiam ser razoavelmente respondidas com a concretização das prometidas Reformas de Base, grande bandeira do governo. Podemos dizer que Goulart seguiu uma ideia de desenvolvimento nacional. Porém diferiu de Vargas, pois manteve uma postura legalista e democrática em relação a outros partidos, às entidades civis e às instituições; e de JK, por propor autonomia financeira e maior controle do Estado brasileiro na evolução econômica do país. Segundo Dreyfuss, as personalidades políticas que sucederam a Vargas, apropriando-se de estratégias nacional-desenvolvimentistas inspiradas na sua figura, constituíram o bloco histórico-populista, cuja grande característica seria a confluência ou a conciliação de interesses das classes trabalhadoras e da elite. Determinadas historicamente, as condições de sobrevivência deste bloco populista teriam se esgotado pela desconfiança com que a elite brasileira - que foi beneficiada pelo varguismo no seu projeto de industrialização do país - passou a tratar os governos de JK e de Jango como ambientes propícios para a atuação de grupos comprometidos com os interesses e direitos conquistados pelas classes trabalhadoras. Logo, a elite teria quebrado o pacto conciliatório, estando amparada pelo capital estrangeiro (sobretudo estadunidense), pelo oficialato das Forças Armadas e por entidades conservadoras da sociedade civil (como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, IBAD, e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, IPES, comprometidos em produzir a propaganda contra o governo de João Goulart e favorecer a doutrinação dos grupos sociais em favor dos interesses do capital externo e das elites locais) (DREYFUSS, pp. 229, 1981).

Na confusão das articulações políticas, da agitação social e das incertezas econômicas que precederam o golpe militar de 1964, Maranhão vislumbrou o problema da fragmentação das forças progressistas brasileiras que, apesar de estarem minimamente congregadas em prol das Reformas de Base, não puderam salvaguardar a legalidade democrática, não conseguiram desencorajar a trama dos militares e civis revoltosos. Daí surge o diagnóstico do ex-prefeito natalense sobre a necessidade de formação de um partido político para as esquerdas. O PTB teria na sua natureza ideológica a eterna contradição de conciliar os interesses do capital com as necessidades dos trabalhadores, e de tempos em tempos o compromisso dos trabalhistas seria flexibilizado pelas conveniências – à exceção da ala mais radical corporificada pelo brizolismo. Mesmo sendo o partido com maior influência nas classes trabalhadoras, sua posição tenderia a ser vacilante. Já o nascente PSB teria, pela visão do ex-prefeito, um grande potencial na aliança de partidos pequenos em volta da figura de Miguel Arraes no Nordeste (filiado ao Partido Socialista depois de imposta a ditadura), porém sem a capilaridade dos trabalhistas entre os populares e sem o alcance nacional dos grandes partidos. Os comunistas ainda atuavam na ilegalidade, portanto a política partidária, institucional, estava distante das suas possibilidades de ação direta; sua atividade cotidiana foi centrada nas entidades como sindicatos, associações, federações, em disputa principalmente com o trabalhismo. Provavelmente Maranhão não foi o único a identificar a divisão das esquerdas. Segundo o mesmo, outras lideranças estariam em contato com o objetivo de formar um novo partido amplo, cujas tentativas foram: a Frente de Libertação Nacional (inspirada na experiência mexicana sob o presidente Cárdenas, entre outras); como esta não se concretizou, foi formada a Frente de Mobilização Nacional, cuja base seria a UNE, o CGT, a Ação Popular e a Frente Parlamentar Nacionalista, mas as disputas pela sua presidência – Brizola ou Arraes? – também impossibilitaram sua existência. Uma última entidade foi pensada, a Frente Única, inclusive com apoio dos comunistas, mas que não se fixou pelas mesmas discordâncias anteriores (MARANHÃO, s/d, pp. 249).

Ainda assim, na ótica de Djalma Maranhão, esse pretense novo partido de esquerda, a ser criado como oposição ao autoritarismo ditatorial e deveria ter em seu nome e como base ideológica o nacionalismo, ser um Partido Nacionalista, o que daria sentido a um projeto, a uma alternativa de desenvolvimento nacional soberano, e permitiria o mínimo acordo entre as diferentes vertentes progressistas na década de 1960 – mesmo depois de instaurada a ditadura, como esteio da redemocratização. O ex-prefeito observou frações entre os oficiais da chamada “linha dura” e da ditadura e o udenista Carlos

Lacerda em relação ao grupo de generais, brigadeiros e almirantes mais próximos de Castelo Branco, bem como o desgaste do novo governo pela crise econômica, sobretudo em função da inflação. Mas as suas esperanças de implosão do regime foram frustradas. Assim como Djalma Maranhão, Moacyr de Góes afirmou os compromissos ideológicos da Campanha, citados a seguir:

“[...] Em ambos os momentos [os dois mandatos de Maranhão como prefeito de Natal], a postura política do Governo Municipal do Natal foi a de denúncia permanente ao imperialismo e ao latifúndio e a pregação de um poder nacionalista, democrata e popular, o que lhe valeu ser chamado de “Prefeito do Subúrbio” pela oligarquia local – anátema transformado em plataforma política, em termos objetivos de sua administração. [...] A principal acusação à administração municipal é a alfabetização do povo: a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.” (GÓES, 1980, pp. 11).

A divulgação dos princípios citados acima e da repressão que se abateu sobre os funcionários da Campanha foi adotada pelos seus ideólogos, visto terem assumido a necessidade de divulgação dos processos que viveram na década de 1960. Mailde abre suas considerações afirmando a importância de compilação das experiências de quem foi impactada pela implantação da ditadura, como maneira de manter o direito de indignação do povo. Esse direito, tão bem descrito, pode ser tomado pelos estudiosos de ascendência marxista como elemento subjetivo despertado coletivamente, em determinadas condições históricas. Com essa compreensão, Mailde incutiu em si mesma o compromisso moral de publicar as lembranças traumáticas do golpe de 1964 em Natal (GALVÃO, 1994, pp. 21).

Nos relatórios, os oficiais do consulado estadunidense compõem uma caracterização de Djalma Maranhão tendo como base para tal o acompanhamento da imprensa potiguar, os posicionamentos de algumas figuras políticas e conversas esparsas com o próprio prefeito. Assim como aponta Rodeghero em sua tese, a observação da imprensa, dos resultados eleitorais e outras estatísticas governamentais, bem como a construção de uma rede de relações com personagens-chave da sociedade brasileira (sejam empresários, políticos, sacerdotes, etc.) constituem a metodologia de investigação do corpo diplomático estadunidense para a composição da sua política externa em relação ao Brasil (RODEGHERO, 2002, pg. 45). O estudo do contexto natalense pelos agentes diplomáticos segue essa metodologia. Vários elementos do posicionamento político do prefeito Maranhão são comentados. Averiguamos, como demonstrado em outras passagens do presente trabalho, que o teor desses comentários sofre uma modificação, acompanhando o tensionamento político que precedeu o golpe militar em 1964. Os relatórios são assinados, em geral, pelo cônsul geral Edward J. Rowell. Quando houve

outros emissores, seus nomes foram apresentados. Dreyfuss também pontua que a disputa pelo Estado entre o bloco histórico-populista, em franco desgaste sob João Goulart, e as elites não se deu apenas em âmbito político, mas se alicerçou na confrontação ideológica entre uma linha de pensamento conservadora, que pregou o anticomunismo como principal discurso de formação dos seus quadros e de cooptação da opinião pública, e outra linha, que manifestava a defesa dos direitos dos trabalhadores e do patrimônio público brasileiro – congregando, assim, as forças progressistas em outro grande campo heterogêneo e múltiplo (pp. 231-258).

O relatório estadunidense, de 8 de janeiro de 1964, trata de uma reunião entre um oficial do consulado (cujo nome não é revelado) sediado em Recife, com o chefe de gabinete da prefeitura de Natal e depois com o próprio prefeito ²⁴. O encontro se deu no dia 10 de dezembro de 1963, data que converge com o início da expansão da Campanha de Pé no Chão, seja no seu alcance geográfico, seja nas suas pretensões sociais e políticas.

Já no início do relato, Maranhão teria recebido o oficial do consulado afirmando sua admiração pelo líder democrata F. D. Roosevelt, mas também seu interesse em receber representações da Rússia, da China ou dos Estados Unidos. Daí as conversações teriam chegado a um ponto de discordância, quando Maranhão afirmou sua política nacionalista, sua defesa da soberania nacional e seu repúdio ao imperialismo e à intervenção estrangeira em assuntos brasileiros:

[...] o Prefeito expressou seu interesse em receber qualquer oficial estrangeiro da 'Rússia, China ou [d]os Estados Unidos', e prometeu uma calorosa recepção à visita vindoura. Maranhão então veio a declarar-se como "nacionalista" e agitou-se bastante desabafando contra o imperialismo e intervenções estrangeiras nos negócios domésticos brasileiros. Ele alegou ainda que no passado os Estados Unidos intervieram em assuntos brasileiros. Quando o oficial que agora reporta protestou que os Estados Unidos não tem interesse em absoluto em interferir em assuntos do Brasil, Maranhão perdeu sua compostura e ficou visivelmente bravo."²⁵

²⁴ Relatório com data de 08 de janeiro de 1964. American Consulate General, Recife, para o Departamento de Estado estadunidense.

²⁵ Op. cit. (page 1): "[...] the Mayor expressed his interest in receiving any foreign oficial from "Russia, China or the United States", and promised a warm reception during the forthcoming visit. Maranhao then went on to declare himself a "nacionalista" and grew rather agitated venting his feelings against imperialism and foreign intervention in Brazil's domestic affairs. He further alleged that in the past the United States had intervened In Brazilian affairs. When the reporting officer protested that the United States had absolutely no interest in interfering in Brazil's affairs, Maranhao lost his composure and grew visibly angry."

Se considerarmos que foi registrado aquilo que foi falado no encontro, temos indícios, segundo o relatório citado, de algumas das posições políticas de Maranhão. Ao expressar seu interesse em delegações tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética ou da China (no caso, a República Popular da China), podemos interpretar a colocação do prefeito como afirmação de independência ideológica frente aos grandes blocos geopolíticos antagonistas durante a Guerra Fria. Ainda no mesmo excerto, é informado que assumiu abertamente a identidade de político nacionalista, o que, por hora, podemos compreender como compromisso com os interesses nacionais, sem aceitar conveniências estrangeiras que firam tais interesses. Segundo o mesmo relatório, o prefeito defende os projetos executados sob sua gestão em Natal, como a construção do mercado público, da Concha Acústica e do Museu de Arte, mas avalia principalmente a campanha de erradicação do analfabetismo:

“Maranhão concordou que ainda há muito a ser feito, e então falou do seu programa educacional. A cidade tem uma campanha, “Com Pé no Chão Também Se Aprende Ler”, que engloba cursos de educação de adultos e crianças e construção de salas de aula. ‘Nós abrimos uma nova escola toda terça-feira’, ostentou o Prefeito, ‘e os telheiros de palha estão sendo rapidamente substituídos por construções de tijolo e telhados de telha’. Ele também negou rumores de que estivesse exportando seu programa educacional junto com suas conotações políticas para certas cidades do interior [...]. Todos os comentários do Prefeito foram pontuados com a afirmação de que ‘O projeto está sendo construído com nosso próprio dinheiro’, e ele mostrou claramente seu desdém pela Aliança pelo Progresso.”²⁶

Assim como as ponderações citadas acima, as colocações do prefeito anunciam a estabilidade e o crescimento da Campanha De Pé no Chão, as intenções de abrir novas frentes de políticas sociais – como no ambiente da saúde pública municipal – e manifestam o aumento da sua importância no contexto da política potiguar – uma vez que os convênios da Campanha com outros municípios poderiam proporcionar mais popularidade a Maranhão para além da capital. Sobre este último ponto em específico, é interessante notar a negativa do prefeito sobre informações de que a expansão da

²⁶ Op. cit. (page2): “Maranhão agreed that there was still much to be done, and then talked of his educational program. The city has a campaign, “Com Pe No Chao Tambem Se Aprende Ler”, which encompasses adult and child education courses and class room construction. “We open a new school every Thursday”, the Mayor boasted, “and the thatched roofs are being rapidly replaced by brick buildings with tile roofs. He also denied rumors that he was exporting his education program together with its political connotations to certain interior towns, [...]. All of the Mayor's comments were punctuated with the remark that “The project is being built with our own money (com nosso dinheiro)”, and he clearly showed his disdain for the Alliance for Progress.”.

Campanha para o interior do estado poderia ser acompanhada pela propaganda das supostas orientações políticas dos seus gestores e colaboradores. Não fica claro no relato, mas provavelmente o prefeito respondeu, com essa afirmação, a algum questionamento levantado pelo representante estadunidense sobre a influência gerada pelo alcance da Campanha.

Outro elemento que podemos apreender deste fragmento diz respeito ao princípio de independência econômica que orientou a administração Maranhão. Percebemos a “obsessão” de Maranhão em financiar os projetos da prefeitura com recursos provenientes da gestão municipal, amparada por auxílios do Ministério da Educação e pela boa vontade da comunidade envolvente – da parte desta, pela cedência de espaços para as salas de aula, pelo trabalho voluntário da população na construção das escolinhas e dos acampamentos. Simultaneamente, a sua divergência quanto ao uso de doações provenientes de grandes grupos empresariais, ou ainda de organismos estrangeiros como a Aliança para o Progresso, indica sua denúncia do atrelamento da política nacional a interesses exógenos – o imperialismo atacado pelo prefeito nas suas memórias. Nesse sentido, para os aliados de Maranhão na prefeitura, o recém-formado sistema municipal de ensino não poderia estar vinculado, e, por conseguinte subordinado, a recursos de grupos econômicos dominantes.

Wellington Germano caracterizou a estratégia de Aluísio Alves como uma combinação de práticas “modernizantes” (como o emprego de pessoal técnico especializado) com relações conservadoras/clientelísticas na direção do estado (privilégios arbitrários na composição de alguns cargos administrativos, por exemplo), ao aliar-se com grupos políticos por acordos pessoalizados e com o capital exterior. A face autoritária da gestão de Alves foi manifestada com o emprego da repressão institucionalizada, depois de instituída a ditadura (1989, pp. 51). Logo, assim como visto nas fontes apresentadas, as posturas de Aluísio Alves e de Djalma Maranhão se tornaram cada vez mais divergentes. Enquanto Alves se servia do autoritarismo e do liberalismo, Maranhão se propunha a valorizar os vínculos democráticos com os natalenses, de maneira a garantir a independência econômica das suas iniciativas enquanto gestor.

Ao final do relatório, o agente diplomático observa os retratos dispostos no gabinete do prefeito Maranhão: Getúlio Vargas, Franklin D. Roosevelt e Filipe Camarão - sendo este último uma personagem indígena tornado herói nacional pela luta no Nordeste contra os invasores holandeses no século XVII. Imagino que a observação sugira a interpretação das possíveis cores ideológicas do prefeito por parte do oficial

diplomático. Este ainda notou que o prefeito não prestou, em qualquer parte da conversação, condolências pelo assassinato do presidente J. F. Kennedy, ocorrido em 23 de novembro de 1963 – ou seja, dias antes da visita diplomática.

No relatório de 08 de abril de 1964 depreendemos a intransigência de Maranhão em defesa da legalidade institucional, porventura uma das características de sua ideia de salvaguarda da soberania nacional. Isso porque os apoiadores civis do golpe militar – qual sejam os grandes grupos empresariais, os membros do IPES e do IBAD, a UDN – seriam vistos pelas lideranças políticas nacionais à esquerda como forças vinculadas aos interesses do capital estrangeiro. Em contraste ao campo de esquerda da política potiguar, o pragmatismo de Aluísio Alves foi beneficiado, visto que não perdeu sua posição privilegiada no estado como grande liderança articuladora dos partidos menores, posição essa determinante para as eleições que se desenhariam em 1965. Os chefes conservadores como o senador Mariz, ofuscados pelo sucesso do governador Alves, ainda detinham forte autoridade nas cidades do interior.

No relatório datado em 25 de junho de 1964o seu redator faz uma breve descrição do que seria a estratégia desse agrupamento de “extrema-esquerda” (nacionalistas e comunistas) liderado por Maranhão: ela estaria centrada na progressiva penetração em sindicatos, associações estudantis e de bairros e em cargos governamentais, sem representar perigo de assalto direto ao poder. Ainda assim, a atuação dos políticos nacionalistas e trabalhistas impedia os intentos dos estadunidenses e, na sua visão, também favoreciam que os comunistas operassem suas conspirações com anuência do governo federal. Num recorte temporal mais amplo, Rodeghero expõe as preocupações norte-americanas em relação aos governos brasileiros do pós-guerra, quais sejam as mesmas que permeiam as deposições de Goulart, de Maranhão, de Arraes e outras lideranças:

“O nacionalismo estaria impedindo que os Estados Unidos conseguissem seus objetivos que eram os de garantir a cumplicidade brasileira nos temas políticos hemisféricos e mundiais, especialmente no combate ao comunismo. Ele também impedia a abertura das portas do país para os interesses das companhias norte-americanas, como foi o caso da exploração do petróleo” (RODEGHERO, 2002, pg. 282).

Fica-nos nítido, pelo exposto acima, o incômodo gerado aos agentes estrangeiros, que tiveram suas expectativas de intervenção na economia brasileira frustradas pelas resistências locais impostas por alguns governantes, a exemplo de Djalma Maranhão. Uma suposta tendência estatista de controle da economia brasileira alarmava a diplomacia

estadunidense, como afirma Rodeghero, e as gestões regionais nacionalistas pontuavam, cada uma a seu modo, sua autonomia frente às ofertas de financiamento externo e consequente comprometimento com seus pretensos colaboradores. Com isto podemos compreender como Aluísio Alves, apesar de ser descrito como um chefe demagogo e oportunista pelos agentes norte-americanos, é tomado por estes como uma figura em boa consideração, já que o governador incorporou o apoio da Aliança para o Progresso como um dos alicerces para sua estratégia.

Por fim, como observado no último relatório da diplomacia yankee aqui analisado, de 11 de setembro de 1967, com o exílio de Djalma Maranhão e o afastamento de seus aliados da prefeitura, o agrupamento emergente - nacionalista de esquerda – foi impossibilitado de atuar e o cenário político potiguar voltou a centrar-se na dicotomia entre os conservadores chefiados por Dinarte Mariz e a “Cruzada da Esperança”, a ala progressista moderada dos partidos menores, encabeçada por Aluísio Alves. A exemplo da cidade do Natal, projetos populares, iniciados pelos governos regionais de esquerda, foram extintos. Assim como a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler foi suprimida da vida dos natalenses, o Movimento de Cultura Popular alavancado pelo governo de Miguel Arraes em Pernambuco e outras iniciativas foram extintas pelo governo militar.

Com os documentos da diplomacia estadunidense sobre o contexto político brasileiro (em especial a situação do estado do Rio Grande do Norte), depreendemos os critérios que esses diplomatas empregaram para avaliar a correlação de forças e as características socioeconômicas do Brasil. Muito embora alguns políticos brasileiros tenham sido descritos como demagogos, pragmáticos ou oportunistas, cairiam na boa impressão do Departamento de Estado norte-americano, pois mantinham o discurso anticomunista e afirmavam os laços de amizade e de dependência econômica para com os organismos estadunidenses. Na visão de nacionalistas como Maranhão, Arraes e Brizola, esta postura seria vista, muito provavelmente, como uma conduta “entreguista”, que feriria os interesses nacionais em prol de iniciativas exógenas.

O nacionalismo de Djalma Maranhão caracterizou-se, então, pela consulta às classes trabalhadoras para a elaboração das políticas públicas; pela valorização dos aspectos culturais locais; pelo anseio de independência econômica do país, por meio de um processo de industrialização desvencilhado do capital estrangeiro. Logo, se tratava de um concepção democrática, anti-imperialista e identificada com as necessidades das populações subalternizadas. Inspirado em um humanismo de aspectos marxistas e cristão

conjugados, uma prática heterodoxa que pretendeu basear-se na compreensão da realidade para a resolução dos problemas do povo. A estratégia de garantia nacional teria a ver, então, com a educação desse povo para o conhecimentos dos seus direitos e para a segurança do seu patrimônio – tanto no sentido da propriedade pública quanto da sua cultura.

René Armand Dreyfuss caracterizou a postura política de João Goulart como nacional-reformista, uma categorização em que se afirma a intenção do ex-presidente em desenvolver as forças produtivas brasileiras por meio do processo de industrialização – o ideário nacional-desenvolvimentista -, ao mesmo tempo que não romperia com a conciliação de classes orquestrada desde a Revolução de 1930. Embora Djalma Maranhão visse no ex-presidente uma chave para a reestruturação da democracia no Brasil, não podemos compreender a personagem do ex-prefeito natalense como um reformista, como um conciliador dos interesses das diferentes classes. Maranhão diferiu de Jango ao propor a independência econômica do Brasil por medidas mais intensas, estando atrelado às camadas periféricas que o elegeram, sem que tivesse, até onde se pôde averiguar, privilegiado os interesses de corporações ou empresas. Mesmo que não tenha sugerido uma revolução armada, aos estilos soviético ou chinês, Maranhão nutria a esperança de soberania e desenvolvimento nacionais na tomada de consciência e na direção do Estado baseada nos interesses dos trabalhadores – por qual via, não sabemos - convergindo assim para uma proposta socialista, como afirmado por Moacyr de Góes e referenciado nos capítulos anteriores.

Conclusões

A Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler foi estudada por vários analistas nas últimas duas décadas, como a datação da bibliografia consultada aponta. Felizmente, por estudiosos da Educação sobretudo, mas também por historiadores, preocupados em compreender o clima de conspiração que precedeu o golpe militar de 1964. Diversos estudos buscaram entender quais as motivações dos grupos políticos tidos como progressistas, quais seus objetivos e estratégias, tanto no âmbito dos princípios que regem as políticas educacionais quanto nas discussões que questionam e rememoram as contradições da história republicana brasileira, a experiência natalense merece apreciação e destaque.

Entendo o projeto de erradicação do analfabetismo iniciado na capital potiguar, na passagem das décadas de 1950 e 1960, concebido por Djalma Maranhão, como um experimento para demonstrar ao país que as políticas públicas voltadas para as classes trabalhadoras e elaboradas com a sua participação seriam uma chave para que essas classes se apropriassem de condições melhores de vida e trabalho, chegando ao máximo de conduzirem o Estado brasileiro para a construção de uma sociedade com independência econômica frente a outras nações, com justiça social, com protagonismo e liberdade do povo. Nenhuma das menções ao ex-prefeito encontradas nas fontes contradiz esse entendimento. Vimos os ímpetus nacionalistas e democráticos de Maranhão serem considerados pelos agentes estadunidenses como apelos populistas ou demagógicos, porém confirmando, contraditoriamente, o relativo sucesso das suas iniciativas na gestão do município de Natal, e sua proximidade com as comunidades periféricas – que se converteram na sua base política.

O grupo que administrou Natal ao lado de Djalma tinha laços com a academia, como as supervisoras do CPF dirigidas por Margarida Cortez. Outras personagens desse grupo tinham forte ligação com o marxismo, enquanto método de compreensão da realidade, mas também como proposta social e ativismo político, como o irmão do ex-prefeito e dirigente comunista, Luiz Maranhão Filho. Havia, também, quem visse no cuidado às necessidades dos pobres e desfavorecidos os preceitos originais do cristianismo. A teorização sobre as características do povo, no intuito de elaborar uma estratégia libertadora e até – para alguns – revolucionária, teve sua crítica e materialização no contato com esse mesmo povo, com os seus apontamentos. Desde a eleição da chapa progressista em Natal – Maranhão prefeito, Alves governador, Goulart vice-presidente –, conduzida pelos Comitês Nacionalistas, a administração de Djalma seria identificada com as classes despossuídas. O “prefeito do subúrbio” e seus companheiros pretendiam valorizar a cultura do povo e instituir políticas que garantissem a sua conscientização, como a instrução de massas com discurso libertário. De Pé no Chão proporcionou aos seus articuladores uma compreensão mais realista do cotidiano das comunidades atendidas pela Campanha, quais os anseios compartilhados, quais as expressões artísticas e culturais mantidas de geração em geração, quais as dificuldades enfrentadas por quem trabalha sem o retorno daquilo que a Lei lhe preserva como direito.

Nos encontros dos círculos de pais e mestres como em outras oportunidades o ex-prefeito e sua equipe dialogaram com as famílias para esclarecer quais as condições financeiras e estruturais da Prefeitura, para então listar as demandas trazidas pelas

famílias e poder traçar os seus planos de ação. Por isso, a valorização da cultura popular, a cultura *do povo*, fortaleceu, a meu ver, a posição de Maranhão enquanto gestor. À institucionalidade municipal foi delegada a tarefa de alinhar eventos culturais em espaços criados para esses fins com artistas locais, conhecidos pelas gentes dos bairros que acessavam esses ambientes – como o Teatrinho do Povo, o Museu de Cultura Popular, as bibliotecas. As expressões elitizadas, que se pretendem universais, tiveram como contraponto os temas da vida comum das classes trabalhadoras natalenses, o que foi um aspecto de forte identificação entre comunidade e Prefeitura.

A construção dos acampamentos escolares, que se tornaram a marca da Campanha, afirma o reconhecimento, por parte dos dirigentes locais, dos saberes populares, que academia nenhuma havia sugerido. Os operários de construção da prefeitura foram ensinados pelos pescadores a trançar a palha de coco para os telhados dos acampamentos. A ideia de estruturas de chão batido, sem paredes, foi a alternativa para a falta de recursos financeiros, mas também foi a realização de uma estratégia de instrução pública igualitária, por não distinguir crianças descalças e vestidas; uma elaboração ecológica, visto que o acampamentos não agrediam o ambiente envolvente; uma experiência a ser apropriada pelo mundo subdesenvolvido, como colocado por Maranhão. E essa ideia partiu das comunidades, que interpelaram a prefeitura.

Pelo seu discurso emancipador, baseado nos temas da vida cotidiana das classes trabalhadoras, a Campanha De Pé no Chão foi tomada pelos agentes da ditadura instaurada em 1964 como o principal argumento que condenava a “subversão” de Maranhão. A conscientização do povo seria extremamente perigosa para o país e suas instituições, pois se converteria no campo de doutrinação que o comunismo precisava para dominar a sociedade brasileira – como havia feito com a cubana, a chinesa, a soviética. Nesse ponto vislumbramos o quão similar foram os tensionamentos políticos e ideológicos em diferentes estados do Brasil. O movimento sindical, operário e camponês, que crescia e demandava reformas cada vez mais profundas do governo, tinha respaldo de governadores ou ex-governadores, como Miguel Arraes, em Pernambuco, e Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul. Em outras regiões, os governadores foram alguns dos principais articuladores civis que destituíram João Goulart junto com os militares, a exemplo de Magalhães Pinto em Minas Gerais e Carlos Lacerda na Guanabara. A parcela do empresariado que estava alinhada com os interesses dos grupos financeiros estrangeiros promovia uma disputa política, midiática e ideológica para desgastar o governo Jango, como bem descrito por René Armand Dreyfuss.

Os propósitos de modernização da máquina pública, defendidos por Aluísio Alves no Rio Grande do Norte e também pelos presidentes militares em denúncia a uma “falência” do Estado sob Goulart, coexistiram com relações clientelísticas, de favorecimento pessoal e acordos nebulosos – como verificado nas fontes consultadas, para a administração de Alves. Os relatórios do corpo diplomático estadunidense baseados no Nordeste brasileiro sugerem a preocupação e a proximidade com que as entidades estrangeiras acompanhavam a política no país – para dizer o mínimo verificável pelos documentos aqui analisados. Uma pressão econômica e social que pode ser vista em outras regiões e mesmo no contexto macro nacional.

A oficialidade das Forças Armadas também estaria vinculada à trama conspiratória que exauriu o projeto nacional-reformista, haja visto a nomeação do almirante Tércio Rebello para a prefeitura de Natal poucos dias depois da destituição de Maranhão, com a vênua dos vereadores conservadores e moderados – também apontado nos relatórios do Departamento de Estado estadunidense. Ao mesmo tempo, os sargentos e praças apoiaram a posse do presidente João Goulart e a volta do Brasil ao presidencialismo, encaminhando assim a proposição das Reformas de Base – segundo a análise de Djalma Maranhão, como já mencionado.

A grande tensão política entre as classes sociais que culminou com o golpe militar de 1964 pode ser compreendida como o desgaste do pacto conciliatório aberto em 1930 e ameaçado em diferentes momentos da história brasileira, como nos episódios do suicídio de Getúlio Vargas ou na posse de Juscelino Kubitschek, garantida pelo contragolpe do marechal Lott. Enquanto as classes trabalhadoras tiveram mais espaço, entre 1945 e 1964, para se organizarem e demandarem direitos com uma possibilidade de disputa das disposições do Estado que confrontaram a hegemonia da elite. A Campanha de erradicação do analfabetismo em Natal cultivou, no imaginário das populações trabalhadoras, o potencial que estas tinham de se apropriarem das condições que determinavam suas vidas, com a forte pretensão de conscientização para o desenvolvimento nacional livre e soberano. Por esse motivo não haveria mais espaço para a conciliação. Os interesses de classe já eram tão distintos, que as necessidades de lucro ou de vida digna para os despossuídos não mais cabiam no bojo do “interesse nacional”. Penso que Maranhão compreendeu essa contradição histórica, e, por isso, elegeu o apoio às classes trabalhadoras na sua trajetória política. Esse panorama corrobora a interpretação de que as disputas locais do contexto pré-golpe contribuem para o entendimento do processo nacional que culminou na ditadura militar. As relações são

semelhantes e evadidas de contradições que se repetem em diferentes localidades, como no caso de Natal.

Tudo isso nos sugere a natureza do nacionalismo de Djalma Maranhão. Os traços ideológicos do ex-prefeito parecem bastante nítidos. Desde os seus escritos, passando pelos depoimentos de seus aliados até tomarmos as referências dos diplomatas estadunidenses, o seu empenho discursivo foi o de enaltecer a cultura do povo e de se valer das demandas populares para direcionar sua atuação. Nas suas manifestações e nos demais documentos apresentados é constante a referência ao nacionalismo, como defesa do patrimônio público, como ingerência estatal ou de empresas nacionais sobre recursos estratégicos, como o petróleo, à época. Entretanto vai além disso. O nacionalismo de Maranhão – que não se converte em um “maranhanismo” – é o anseio de conscientização das classes trabalhadoras do seu pretense potencial de conquista do Estado por meio da alfabetização, da instrução pública, do requerimento de um sistema de saúde público que atenda às populações sem condições financeiras. Torna-se, a meu ver, muito prático o nacionalismo pensado por Maranhão ao vincular o progresso do Brasil – nos âmbitos econômico, social e político – a necessidades prementes do povo, que seriam respondidas com uma estrutura industrial construída sobre bases independentes frente as economias pujantes do capitalismo.

Em função disso, o nacionalismo de Maranhão é anti-imperialista; é terceiro-mundista, por compreender as condições históricas que favorecem ou resistem às transformações da sociedade brasileira; é marxista sem deixar de ser cristã, por ver no povo o agente propulsor do destino de libertação nacional; e socialista, por se inspirar em experiências, como a cubana ou a soviética, que traziam as cores de um novo mundo no qual se espera superar as contradições de classe. Mesmo que seja rico de influências múltiplas do pensamento político do século XX, a ideologia de Djalma Maranhão foi original por se propor a estudar as diferentes linhas de pensamento mas para compreender a realidade de Natal e do Brasil.

Em tempos de obscurantismo e apologia da ignorância, se faz necessário conhecermos experiências de pensamento e de atuação que contribuíram para a interpretação das contradições históricas do nosso país. Penso que este trabalho enseja algumas ponderações sobre o cenário das décadas de 1950 e 1960 no Brasil, e espero que suscite ainda mais dúvidas do que as que enfrentei no começo.

Bibliografia e fontes consultadas

Livros de Memórias:

- CORTEZ, Margarida de Jesus. *Memórias da Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”*, Reflexões sobre a prática pedagógica de ontem e de hoje. EDUFRN, Natal – RN, 2005.
- GALVÃO, Mailde Pinto Ferreira. *1964: Aconteceu em abril*. Edições Clima, Natal – RN, 1994.
- GÓES, Moacyr de. *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (1961-1964), Uma Escola Democrática*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ, 1980.
- MARANHÃO, Djalma. *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (A Escola Brasileira com dinheiro brasileiro, uma experiência válida para o mundo subdesenvolvido)*. Estudo realizado no exílio no Uruguai. Sem data.
- MARANHÃO, Djalma. *Memórias de 1964*. Estudo realizado no exílio no Uruguai. Sem data.

Relatórios do Departamento de Estado dos Estados Unidos:

- Relatório com data de 08 de janeiro de 1964. American Consulate General, Recife, para o Departamento de Estado estadunidense.
- Relatório com data de 24 de fevereiro de 1964. American Consulate General, Recife, para o Departamento de Estado estadunidense.
- Relatório com data de 11 de março de 1964. American Consulate General, Recife, para o Departamento de Estado estadunidense.
- Relatório com data de 08 de abril de 1964. American Consulate General, Recife, para o Departamento de Estado estadunidense.
- Relatório com data de 25 de junho de 1964. American Consulate General, Recife, para o Departamento de Estado estadunidense.
- Relatório com data de 24 de março de 1965. American Consulate General, Recife, para o Departamento de Estado estadunidense.
- Relatório com data de 06 de agosto de 1965. American Consulate General, Recife, para o Departamento de Estado estadunidense.

- Relatório com data de 17 de novembro de 1965. American Consulate General, Recife, para o Departamento de Estado estadunidense.
- Relatório com data de 15 de agosto de 1966. American Consulate General, Recife, para o Departamento de Estado estadunidense.
- Relatório com data de 11 de setembro de 1967. American Consulate General, Recife, para o Departamento de Estado estadunidense.

Bibliografia de apoio:

- AQUINO, Fernanda Mayara Sales de. *A formação docente no cotidiano da campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. 37ª Reunião Nacional da ANPed, UFSC, Florianópolis – SC, 2015.
- BARBOSA JUNIOR, Walter Pinheiro. *As políticas de educação popular em Natal – RN (1957-1964)*. Holos – IFRN, Natal – RN, ano 32, Vol.2, p. 208-230, mar./abr. 2016.
- CARVALHO, Elizete Guimarães. *O livro de leitura de pé no chão: 1963 (uma cartilha democrática)*. Anais do IV Seminário Nacional, HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 1997, Campinas-SP, pp. 684 – 688.
- DREYFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Editora Vozes, 2006.
- GERMANO, José Wellington. *Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão*. Editora Cortez, 1989.
- GÓES, Moacyr de. Entrevista prestada à revista Paidéia, nº 3, Ribeirão Preto, agosto de 1992.
- LEITE, José Evangilmárisson Lopes. *Em nome da ordem: a Prefeitura Municipal de Natal como espaço de subversão*. Dissertação. UFRN, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de pós-graduação em História, Natal, 2008.
- MARQUES, Berenice Pinto. *A educação popular para todos de uma cidade educadora (Natal, Rio Grande do Norte, 1957-1964)*. Dissertação. UFRN, Centro de Educação, Programa de pós-graduação em Educação, Natal, 2015.
- NATAL, Lei nº 988/1959. *Reorganiza os serviços administrativos da Prefeitura Municipal de natal e dá outras providências*.

- RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e Avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo entre 1945 e 1964*. Tese. UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2002.
- RODEGHERO, Carla Simone. Os historiadores e os estudos sobre o golpe de 1964 e o regime militar no Brasil. In: *L'ordinaire latino-américain*, Toulouse N. 203, 2006, p. 93-123.